

Mensagem nº 455

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCELO SOUZA DELLA NINA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Os méritos do Senhor Marcelo Souza Della Nina que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de agosto de 2018.

Brasília, 2 de Agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCELO SOUZA DELLA NINA**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELO SOUZA DELLA NINA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 402 - C. Civil.

Em 16 de agosto de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO SOUZA DELLA NINA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República
(Portaria nº 1.925/CC-Pr, de 26 de setembro de 2016)

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE MARCELO SOUZA DELLA NINA

CPF: 847.009.127-15

ID: 10661 MRE

1966 Filho de Laerte Mario Della Nina e Léa Souza Della Nina, nascido em 22 de maio de 1966, em Niterói, Rio de Janeiro.

Dados Acadêmicos:

1988 Comunicação Social (jornalismo) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1994 Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (CPCD)
2001 Mestrado em Política Internacional pela Université Libre de Bruxelles, Bélgica.
2002 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD)
2013 Curso de Altos Estudos (CAE - "Brasil-México: perspectivas do relacionamento Econômico-Comercial")

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
1999 Segundo-secretário
2003 Primeiro-secretário, por merecimento
2009 Conselheiro, por merecimento
2014 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1994 Estágio na Embaixada do Brasil na Argentina
1994-95 Assessor na Divisão da América Central e Setentrional do Departamento das Américas do MRE
1995-97 Assessor na Divisão da América Meridional II do Departamento das Américas do MRE
1997-98 Assessor na Divisão de Tecnologias Sensíveis do Departamento de Organismos Internacionais do MRE
1998-2001 Missão do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia - CEE, Bruxelas
2001-02 Assessor na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior - SGIE
2002-05 Subchefe da Coordenação-Geral para as Negociações da Área de Livre Comércio das Américas - COALCA e, posteriormente, da Divisão da Área de Livre Comércio das Américas - DALCA
2005-06 Coordenação-Geral de Organizações Econômicas - CORG, Coordenador-Geral
2006-09 Embaixada do Brasil no México, Chefe do Setor Econômico e de Promoção Comercial
2009-11 Divisão de Defesa Comercial - DDF
2011-14 Missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e outras Organizações Econômicas em Genebra - DELBRASOMC, responsável pela área de propriedade intelectual
2014-15 Divisão de Propriedade Intelectual - DIPI, Chefe
2015 Embaixada do Brasil na China (desde junho de 2015), responsável pela coordenação da área econômico-comercial, investimentos, promoção comercial, energia, consular e administração.

Condecorações:

1996 Cavaleiro da Ordem da Palma (Suriname)
2002 Cavaleiro da Ordem do Rio Branco
2016 Medalha "Mérito Santos Dumont"

ALEXANDRE VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARÁBIA SAUDITA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JULHO DE 2018**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Reino da Arábia Saudita
CAPITAL:	Riade
ÁREA:	2.153.168 km ²
POPULAÇÃO:	32,38 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã, sendo 85-90% sunitas e 10-15% xiitas.
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Majlis Ash-Shura (Assembleia Consultiva) – parlamento unicameral essencialmente consultivo, composto por 150 membros, indicados pelo rei para exercer mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Rei e primeiro-ministro Salman bin Abdulaziz Al Saud
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Adel bin Ahmed Al Jubeir
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL:	US\$ 678,54 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):	US\$ 1,79 trilhão
PIB PER CAPITA:	US\$ 20.957
PIB PER CAPITA PPP:	US\$ 55.263
VARIAÇÃO DO PIB	0,13% (2017), 1,74% (2016), 3,5% (2015); 3,6% (2014); 2,7 (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,847 (38ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	74,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	94,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017 est.):	5,6%
UNIDADE MONETÁRIA:	Riyal Saudita
EMBAIXADOR DO BRASIL EM RIADE:	Embaixador Flavio Marega
EMBAIXADOR DA ARÁBIA SAUDITA EM BRASÍLIA:	Embaixador Hisham Sultan bin Zafir Al-Qahtani (partiu em 17/7/2018). Novo embaixador a ser designado.
BRASILEIROS NO PAÍS:	650 (est.)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-Arábia Saudita (MDIC, em milhões de US\$)											
Brasil → ARAB	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016	2017
Intercâmbio	1.034	1.385	1.567	2.543	3.186	3.550	6.569	6.032	4.656	3.787	4.539
Exportações	419	569	672	1.203	1.478	1.952	3.476	2.838	2.750	2.487	2.657
Importações	615	815	894	1.339	1.708	1.597	3.093	3.194	1.906	1.300	1.882
Saldo	-196	-246	-221	-135	-230	355	383	-355	843	1.187	774

APRESENTAÇÃO

O território que hoje constitui a Arábia Saudita possui cerca de 2.150.000 km², ocupando cerca de dois terços da Península Arábica. As regiões habitáveis do país podem ser agrupadas em (i) uma faixa costeira montanhosa no oeste do país, margeando o mar vermelho (Hejaz e Asir), de clima árido, onde se encontram as cidades sagradas de Meca e Medina; (ii) um planalto central rochoso (Nejd), com a presença de *wadis* (pequenos rios que secam durante a maior parte do ano); (iii) uma árida planície costeira no leste do país, margeando o Golfo (Al Hasa), que conta com importantes oásis e com as principais reservas petrolíferas sauditas. As três regiões mencionadas possuem núcleos históricos de habitação permanente, mas o clima extremamente árido tornou difícil a formação de grandes centros urbanos antes do século XX. Mais de um terço do país é inabitável, ocupado por vastos desertos. Dadas a infertilidade dos solos e o clima inóspito, o território foi ocupado esparsamente até o século XX, com grande proporção de populações nômades (beduínos).

O islã surgiu em Meca, pequena cidade comercial na região do Hejaz, na primeira década do século VII, onde o profeta Maomé começou a pregar por volta do ano 610. Em 622, diante da reiterada oposição das elites da cidade, o profeta e seus seguidores fogem para a cidade de Medina (então denominada Yathrib), lá formando a primeira comunidade política islâmica, sob sua liderança. A partida para Medina (*hégira*) marca o início do calendário islâmico.

De sua base em Medina, a comunidade liderada por Maomé derrota as forças de Meca e expande seu domínio por toda a Península Arábica. Após a morte do profeta, em 632, até 661, o Estado por ele criado é governado por sucessores (denominados califas), que continuam o processo de conquista e expansão, incorporando desde o Norte da África até a Ásia Central.

Em 661, após período de guerra civil, a primeira dinastia hereditária do Califado é estabelecida, transferindo a capital para Damasco. A partir desse momento, Meca, Medina e a Península Arábica como um todo perdem a relevância adquirida durante a expansão islâmica. O núcleo de poder se desloca definitivamente dessas áreas de difícil acesso e pobres em recursos para regiões mais ricas e populosas do Califado – primeiro Damasco e, a partir de 762, Bagdá. As cidades sagradas, no entanto, nunca deixaram de ser objeto da peregrinação islâmica, ou *hajj*, que constitui um dos pilares da fé islâmica. No século X, a unidade política do Califado começa a se desfazer em meio a secessões e invasões, surgindo unidades políticas dominadas por populações túrquicas e mongóis.

Com a decadência do Califado, o território que hoje constitui a Arábia Saudita não chegou a ser conquistado por invasores externos, mas se fragmentou em diversas unidades políticas. No século X, o clã Hachemita, descendente do profeta, passou a ser guardião das duas cidades sagradas no Hejaz, estabelecendo relação de associação ou vassalagem com as potências regionais a partir de então. Esse arranjo no Hejaz perdurou, com modificações, até o século XX, quando da formação do Estado saudita contemporâneo. No interior da península, continuaram a predominar formas tribais de organização social.

As raízes do domínio saudita remetem ao ano de 1744, quando Mohammed bin Saud, líder tribal e emir do vilarejo de Diriyah (próxima da moderna Riade) acolhe o clérigo Mohammed bin Abd Al Wahhab e com ele estabelece estreita aliança, a qual forma, até hoje, a base da legitimidade da família Saud. A doutrina de Al Wahhab representa versão restritiva e inflexível da fé islâmica, levando essa primeira formação do Estado saudita a apresentar, desde o início, práticas de perseguição a outras vertentes muçulmanas e destruição de sítios religiosos. Com a missão de restaurar a versão correta do islã, na visão de Al Wahhab, os Al Saud iniciam processo de expansão militar pela península, inicialmente pelo Nejd e pela costa leste. Quando, no início do século XIX, as forças sauditas conquistam o Hejaz e as cidades sagradas, o Império Otomano envia força expedicionária que, em 1818, expulsa os Al Saud da região, destrói Diriyah e captura o emir, executado naquele mesmo ano.

Em 1824, no entanto, a família Al Saud se restabelece em Riade. Ao longo das décadas seguintes, tentativas de retomar as áreas perdidas não prosperam e, na virada do século, a família se vê marginalizada politicamente e exilada no Kuwait. Em 1902, o líder tribal Abdulaziz Al Saud, também conhecido como Ibn Saud, retorna do exílio e retoma Riade.

Durante a I Guerra Mundial, o Reino Unido incentiva a revolta do líder Hachemita de Meca contra a suserania otomana, o que vem a ocorrer em 1916. Paralelamente, no interior da península, Abdulaziz Al Saud consolida sua posição e, ajudado por forças tribais mobilizadas pelo wahabismo, conquista todo o platô central, assumindo o título de sultão do Nejd em 1921. Em 1924, Ibn Saud inicia a conquista do Hejaz, tomando do clã Hachemita o controle do território. Durante as décadas seguintes, monarcas daquele clã reinariam na Síria, no Iraque e na Jordânia, único país que ainda mantém família real Hachemita. Em 1932, Ibn Saud anuncia a unificação dos territórios conquistados, formando o Reino da Arábia Saudita.

O Estado formado por Ibn Saud era, em 1932, esparsamente povoado, institucionalmente limitado, pobre em recursos naturais e dependente de rendas da peregrinação anual. Em 1938, no entanto, inicia-se nova etapa com a descoberta de quantidades comerciais de petróleo em Dhahran, no leste do país, com as exportações iniciando-se em 1939. A exploração ficou a cargo, principalmente, da empresa Aramco, de capital norte-americano. Exportações da commodity trouxeram riqueza inédita ao Reino que, no entanto, não resultaram em progresso material imediato. O Estado formado por Ibn Saud não possuía instrumentos para empregar os recursos petrolíferos de forma estruturada. Até a década de 50, não havia distinção entre recursos estatais e os recursos pessoais do rei; os únicos dois ministérios – responsáveis por finanças e negócios estrangeiros – não possuíam corpo regular de funcionários; não havia, tampouco, moeda nacional. Ibn Saud concentrou poder absoluto até sua morte, em 1953.

O Estado saudita construído ao longo da segunda metade do século XX desfruta da prosperidade interna trazida pela indústria petrolífera. No cenário externo, ocupa posição única, principalmente em virtude de abrigar os dois locais mais sagrados ao islã, de ser a maior economia árabe do mundo, de sua relevância no mercado energético mundial e de ter importante papel geopolítico regional. Apesar de poder contar com esses importantes ativos, a sociedade saudita também possui desafios e contradições ainda por equacionar, seja na seara das relações sociais e religiosas, na formação de uma economia menos dependente no petróleo, na racionalização e abertura da estrutura estatal ou em diversas outras questões legadas pela história do país.

SUA MAJESTADE O REI SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD

Rei e Primeiro-Ministro

Guardião das Duas Mesquitas Sagradas



Nascido em 1935, é o 6º filho do fundador da Arábia Saudita, Abdulaziz Al Saud, com sua esposa Husa Al Sudairi. Dentre suas 22 esposas, avalia-se que Husa teria sido das mais influentes e bem-quistas pelo fundador. Os sete filhos gerados pelo casal, apelidados de "os sete Sudairi", formaram facção influente na família Al Saud, assumindo posições centrais no Estado ao longo do século XX, especialmente nos ministérios da Defesa e do Interior.

Salman foi educado na Escola dos Príncipes, instituição criada em Riade para atender aos filhos do fundador. Em 1954, aos 19 anos, foi designado vice-governador da província de Riade. Em 1963, assumiu o governo da província, cargo que ocupou durante 48 anos. No decorrer do anos, angariou reputação de líder e mediador dentro da família Al Saud e se tornou conhecido pelo apoio a organizações sociais, filantrópicas e humanitárias.

A partir de 2010, sucessivos problemas de saúde de seu meio-irmão, o então rei Abdullah bin Abdulaziz Al Saud, resultaram na delegação das principais funções governamentais a outros membros da cúpula do governo, inclusive a Salman. Em 2011, Salman foi indicado pelo rei para assumir o ministério da Defesa. Quando da morte de seu irmão Nayef, em 2012, foi nomeado príncipe herdeiro, mantendo a pasta de Defesa.

Em janeiro de 2015, após a morte do rei Abdullah, Salman ascendeu ao trono, aos 79 anos.

SUA ALTEZA O PRÍNCIPE MOHAMMED BIN SALMAN AL SAUD

*Príncipe Herdeiro, Ministro da Defesa e
Presidente do Conselho Econômico e de Desenvolvimento*



Nascido em 1985, é o filho mais velho do rei Salman com sua terceira esposa. Estudou em Riade e formou-se em Direito pela Universidade Rei Saud. Envolveu-se com atividades empresariais e filantrópicas até ser nomeado, em 2009, para o cargo de assessor especial de seu pai, que ainda exercia o Governo da Província de Riade.

Em 2015, com a ascensão de seu pai ao trono, foi nomeado vice-príncipe herdeiro, ministro da Defesa (o mais novo do mundo), presidente do recém-criado Conselho Econômico e de Desenvolvimento, bem como secretário-geral da Corte Real. Em 21/6/17, o então príncipe herdeiro, Mohammed bin Nayef, foi destituído e substituído por Mohammed bin Salman no cargo.

Na capacidade de ministro da Defesa, formulou a política saudita de intervenção militar no Iêmen, levada a cabo em 2015. Na seara econômica, é o responsável pela implementação da "Visão 2030", programa de desenvolvimento nacional que pretende modernizar a economia saudita e tornar majoritárias as atividades econômicas independentes da indústria de hidrocarbonetos. Bin Salman ocupa, também, papel central na política externa saudita. Credita-se ao príncipe herdeiro, ainda, recentes medidas liberalizantes adotadas pelo governo em questões sociais e culturais. Em seus pronunciamentos públicos, bin Salman busca assumir o papel de face modernizadora da família Al Saud, bem como de representante da juventude saudita (60% da população saudita tem até 29 anos de idade).

A eventual ascensão de bin Salman ao trono constituirá

a primeira transição geracional no comando do país desde 1953. O acúmulo de poderes por um jovem príncipe é fato inédito na história saudita.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Arábia Saudita foram estabelecidas formalmente em 1968 (completam, portanto, 50 anos em 2018). Em 1973, o Brasil abriu embaixada em Jedá e a Arábia Saudita abriu embaixada em Brasília. Em 1986, no contexto da transferência da capital saudita para Riade, a representação diplomática brasileira foi transferida para aquela cidade.

Tradicionalmente voltada para o Oriente Médio e para o eixo EUA-Europa, a diplomacia saudita tem buscado, recentemente, diversificar suas **parcerias políticas**, sendo o Brasil seu principal parceiro natural na América Latina.

A Arábia Saudita é, efetivamente, o país da Península Arábica com o qual o Brasil possui relações bilaterais tradicionalmente mais intensas, com registro de *visitas oficiais* de parte a parte desde 1973. O fortalecimento das relações se intensificou a partir dos anos 2000: em 2000, visitou o Brasil o então príncipe herdeiro saudita, Abdullah bin Abdul Aziz Al Saud, e, em 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita à Arábia Saudita. Registraram-se, ainda, na década seguinte, reuniões da *comissão mista bilateral* (II COMISTA, em 2015) e do mecanismo de consultas políticas (2012 e 2016).

Em setembro de 2016, o presidente Michel Temer encontrou-se com o ministro da Defesa e atual príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, em Hangzhou, China, à margem da reunião de cúpula do G20. Em maio de 2017, visitou a Arábia Saudita o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, e, mais recentemente, em março de 2018, repetiu o gesto o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Fernando Collor. Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Arábia Saudita foi criado em abril de 2018, no âmbito do Senado Federal.

As relações têm evoluído com intensidade no **campo econômico**. A Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio e norte da África, sendo o segundo maior fornecedor petróleo ao Brasil, atrás apenas da Nigéria.

Há largo potencial para incremento das **relações comerciais**, dadas as complementaridades produtivas entre os dois países.

Devido às condições ambientais sauditas e o acelerado crescimento populacional vivido pelo país no último meio século (de cerca de 3 milhões de habitantes, em 1950, para mais de 30 milhões, atualmente), importações respondem por mais de 70% dos alimentos consumidos no país, havendo potencial para exportações brasileiras de outras *commodities* agrícolas que não produtos cárneos.

O volume de *intercâmbio comercial* atingiu US\$ 4,5 bilhões em 2017, soma que supera o intercâmbio do Brasil com a maioria de seus vizinhos na América do Sul. A balança tem sido superavitária a favor do Brasil (superávit de US\$ 700 milhões, em 2017). As exportações brasileiras para a Arábia Saudita – antes dominadas somente por produtos agrícolas, sobretudo carnes e açúcar – desde 2005 passaram a incluir produtos de alto valor agregado, além da exportação de produtos de defesa. Ainda assim, predominam os produtos agrícolas, havendo potencial para aumento de vendas de grãos, além do já explorado mercado de carnes, sobretudo após a assinatura do Protocolo Sanitário com a *Saudi Food and Drug Authority* (SFDA), em 2015, que permitiu a reabertura do mercado de carne bovina brasileira na Arábia Saudita.

Em 2017, o Brasil *vendeu* para a Arábia Saudita o equivalente a US\$ 2,6 bilhões, principalmente em carne de frango (38,1 % do total), açúcar em bruto (15,8%), automóveis de passageiros (6,7%) e açúcar refinado (5,2 %). O Brasil *importou* da Arábia Saudita o equivalente a US\$ 1,88 bilhão em 2017, com a seguinte pauta: óleo bruto de petróleo (71,6% do total), adubos contendo nitrogênio, fósforo e potássio (10,6%) e adubos azotados (4,5%).

Investimentos bilaterais apresentam, igualmente, grande potencial inexplorado. A Arábia Saudita já possui investimentos de monta no Brasil, a exemplo da compra, em 2015, de 19,95% do frigorífico Minerva, pelo valor de R\$ 746 milhões (US\$ 188,4 milhões) pelo fundo *Saudi Agriculture Livestock and Investment Company* (SALIC), especializado em investimentos no agronegócio e instrumento da estratégia saudita de garantia de segurança alimentar. A SALIC avalia a possibilidade de aquisição de participação em outras empresas brasileiras do setor de carne e ovos e demonstrou interesse em investir no setor de grãos no Brasil. Registram-se, igualmente, inversões da Cristal Global, segundo maior produtor mundial de dióxido de titânio, que opera uma planta na Bahia e uma mina na Paraíba; da *Saudi Basic Industries Corporation* (SABIC), que mantém uma fábrica de plástico e um centro de pesquisa em São Paulo; da FAL Holding, com fazenda de café em Minas Gerais; e da Amiantit/Amitech, que produz tubos para construção civil, em São Paulo.

A Arábia Saudita possui alguns dos principais fundos de investimento do mundo, como o *Saudi Arabian Monetary Agency* (SAMA) (US\$ 514 bilhões em ativos) e o *Saudi Arabia Public Investment Fund* (PIF) (US\$ 183 bilhões). Há potencial de incremento de investimentos sauditas em setores como de energia, ferroviário e de óleo e gás no Brasil.

Investimentos brasileiros na Arábia Saudita apresentam, igualmente, potencial elevado, especialmente em segmentos nascentes no país, como mineração e indústria de defesa. Exemplo na área do agronegócio é a possível aquisição pelo grupo brasileiro BRF de unidades de produção de carne na Arábia Saudita, a exemplo do que fez nos Emirados Árabes Unidos.

Devido à posição central que a agricultura ocupa nas relações econômicas do Brasil com o Oriente Médio – e, portanto, com o seu maior mercado, a Arábia Saudita – o ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento decidiu criar, em 2017, uma **adidância agrícola** junto à embaixada em Riade. A presença do adido agrícola brasileiro na Arábia Saudita desde janeiro de 2018 tem apoiado medidas visando à manutenção e à expansão daquele importante mercado para o agronegócio brasileiro, bem como a prospecção de eventuais novas iniciativas de parcerias de cooperação em agricultura.

Dentre outros campos que podem ser explorados na relação bilateral estão a **cooperação técnica** (há interesse brasileiro em explorar a possibilidade de projetos de cooperação técnica trilateral, estando em negociação acordo geral de cooperação técnica) e de **energia**, principalmente devido ao recente e prioritário interesse saudita em energias renováveis. O Brasil é parte do *Fórum Internacional de Energia*, organismo internacional sediado em Riade que congrega 72 países que representam 90% do consumo e da produção de petróleo e gás no mundo, mas foi suspenso temporariamente em decorrência de ausência de contribuição.

A **comunidade brasileira** residente na Arábia Saudita está estimada em 650 cidadãos, distribuídos entre Riade, Jedá e Damman-Dhahran. Além disso, existe no país expressiva comunidade de brasileiros com dupla nacionalidade, principalmente libaneses, sírios e palestinos. O Brasil conta com cônsul honorário em Jedá (senhor Khalil Mohammed Awad bin Ladin).

A Arábia Saudita é um Estado monárquico unitário, fundado em 1932 pelo rei Abdulaziz Al Saud, que governou até 1953. As instituições sauditas são controladas diretamente pela extensa família Al Saud, e as decisões e disputas políticas de relevo se dão internamente ao núcleo central da família.

O Estado saudita segue, em suas atividades diárias, a interpretação restritiva do islã sunita adotada pela família real (denominada wahabita), decorrente da aliança estabelecida entre a família Saud e o fundador daquele movimento no século XVIII, o clérigo Mohammed bin Abd Al Wahhab. A relação de proximidade manteve-se até o presente: os descendentes de Al Wahhab – a família Al ash-Sheikh – lideram o estamento clerical saudita e são a segunda mais importante família na Arábia Saudita, ocupando também cargos governamentais, como a presidência do Conselho Consultivo.

Não há liberdade religiosa no país: por lei, todo cidadão saudita deve ser muçulmano. Apostasia, blasfêmia e ateísmo são considerados crimes passíveis de pena de morte. É proibido o exercício público de outras religiões, bem como a exibição de seus símbolos. Outras vertentes do islã são, também, reprimidas, do que decorre constante tensão entre o governo e a minoria xiita da população (cerca de 10% do total, concentrada na costa leste do país, rica em petróleo).

Liberdades e direitos políticos são limitados, partidos políticos são proibidos, o direito de reunião é restrito e a mídia é estritamente controlada, sendo crime criticar a família real, oficiais estatais ou autoridades religiosas. É possível a aplicação de pena de morte e penas consideradas cruéis, como mutilação e chibatadas. A legislação caracteriza mulheres como relativamente incapazes, sendo necessária aprovação de um guardião para a realização de diversas atividades, como viajar, estudar ou obter tratamento médico. É extensa a lista de crimes sexuais sujeitos a punição no Reino.

A "Lei Básica de Governo", editada em 1992 por meio de decreto real, dá as diretrizes básicas de organização do Estado e da sociedade. A Lei Básica atribui ao Corão o papel de Constituição, sendo o livro sagrado observado de forma estrita pelo Judiciário, quando aplicável. O rei é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e de governo, acumulando o título de primeiro-ministro. O Conselho de Ministros, criado em 1953, exerce funções executivas e discute proposições legislativas. Os ministros

são indicados pelo rei, que pode vetar qualquer das decisões do Conselho dentro de um prazo de 30 dias.

O Majlis Ash-Shura (Conselho Consultivo) é um órgão unicameral essencialmente consultivo, criado em 1992 e composto por 150 membros (30 deles, mulheres), todos indicados pelo rei dentre lideranças e expoentes do meio religioso, acadêmico, político e de negócios. O Conselho é presidido desde 2009 por Abdullah ibn Muhammad Al ash-Sheikh, ministro da Justiça de 1992 a 2009 e membro da mais influente família religiosa do país – os Al ash-Sheikh. O Conselho Consultivo – cujas atribuições incluem a proposição de projetos de lei à apreciação do rei e do Conselho de Ministros – configura o órgão mais próximo de um Poder Legislativo na Arábia Saudita.

Em 2005, foram realizadas pela primeira vez eleições no país para preencher parte dos assentos em conselhos municipais. Houve novas eleições em 2011 e 2015, tendo sido facultado às mulheres capacidade eleitoral passiva e ativa em 2015. Os conselhos são, no entanto, subordinados ao ministério das Municipalidades, com funções limitadas. Localmente, poderes e recursos orçamentários são concentrados em nível provincial, sendo os governadores de todas as 13 províncias membros da família Al Saud e indicados pelo rei.

O monarca indica, ainda, juízes e membros do Conselho de Ulemas, mais alto órgão religioso do país.

O atual rei, Salman bin Abdulaziz Al Saud, foi coroado em 23 de janeiro de 2015, aos 79 anos de idade, após o falecimento do seu meio-irmão, Abdullah bin Abdulaziz Al Saud. Desde a morte do fundador, não houve mudança geracional na liderança do país: de 1953 até o presente, o trono tem sido ocupado sucessivamente em linha horizontal, por filhos de Abdulaziz Al Saud.

Três meses após ascender ao trono, Salman nomeou como príncipe herdeiro seu sobrinho Mohammed bin Nayef Al Saud, e, como vice-príncipe herdeiro, seu filho Mohammed bin Salman Al Saud. Foi a primeira vez que netos de Abdulaziz Al Saud foram incluídos na linha sucessória. Dada a idade avançada do rei, boa parte da administração diária do Reino foi delegada aos dois príncipes.

Em 21/6/2017, Mohammed bin Nayef – que acumulava ainda os cargos de primeiro vice-primeiro-ministro, ministro do Interior e presidente do Conselho para Assuntos de Políticos e de Segurança – foi destituído de suas funções por decreto real. Mohammed bin Salman foi nomeado príncipe herdeiro e tornou-se a principal liderança

política do país, tomando a frente da condução do dia-a-dia das políticas interna, externa e econômica do país.

Muito popular entre os jovens sauditas (pessoas com até 29 anos de idade perfazem cerca de 60% da população do país e a taxa de desemprego na faixa de 15 a 29 anos é de cerca de 33%), o príncipe herdeiro impulsionou reformas culturais e sociais, que incluem o início da realização de apresentações musicais e concertos, a possibilidade de que mulheres compareçam a estádios de futebol (desde janeiro de 2018), a autorização para a abertura de salas de cinema (desde março de 2018) e, desde junho de 2018, a permissão a que mulheres conduzam automóveis. Essa nova era de abertura cultural foi enquadrada no plano “Visão 2030” de desenvolvimento sócio-econômico, concebido por Mohammed bin Salman e que havia sido anunciado em abril de 2016, sob o argumento principal de que ajudará a impulsionar a economia saudita.

As medidas contrastam, por outro lado, com a repressão a protestos políticos no país. Em setembro de 2017, foram presos mais de 30 intelectuais, escritores, religiosos e ativistas em decorrência de críticas contra o governo.

Outro recente episódio foi a detenção, em 4/11/2017, de cerca de 300 pessoas em operação de combate à corrupção. A ação foi conduzida pelo Comitê Supremo de Combate à Corrupção, presidido pelo príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman. Entre os detidos estiveram os príncipes Mutaib bin Abdullah Al Saud, que desde 2010 estivera à frente da Guarda Nacional Saudita; Al-Waleed bin Talal Al Saud, investidor bilionário e empresário internacionalmente influente; Fahd bin Abdullah Al Saud, ex-ministro da Defesa, e diversos outros membros do núcleo central da família real. Foram presas, ainda, figuras importantes do *establishment* político e econômico saudita, como o ministro da Economia e Planejamento; o comandante da Marinha, ex-ministros de Estado e altos executivos de importantes empresas sauditas.

Dentre os detidos, 56 teriam se recusado a celebrar acordos financeiros. Os acordos firmados com demais acusados, libertados posteriormente, teriam levado, segundo o governo saudita, à restituição de US\$ 106 bilhões aos cofres públicos.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais eixos da política externa saudita são conformados por características fundamentais do próprio Estado: sede dos locais mais sagrados ao islã e detentor da segunda maior reserva petrolífera

do mundo, governado com base no pilar da aliança entre a família Al Saud e o wahabismo.

A Arábia Saudita deve boa parte de seu prestígio junto aos **países árabes e muçulmanos** ao fato de ser a sede das mesquitas sagradas de Meca e Medina. A Organização da Cooperação Islâmica (**OCI**), que reúne Estados de maioria islâmica e é sediada em Jedá, constitui importante instrumento de atuação saudita. Outros organismos no âmbito dos quais o país exerce grande influência são a Liga dos Estados Árabes (**LEA**), com sede no Cairo e, de forma ainda mais próxima, o Conselho de Cooperação do Golfo (**CCG**), com sede em Riade, composto por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, EAU, Kuwait e Omã.

A Arábia Saudita tem como vetor central de sua política externa a contraposição ao **Irã**, tido por ela como perigoso desestabilizador do mundo árabe.

A intensificação do antagonismo com o Irã tem sido marca do reinado de Salman. Os dois países encontram-se em lados opostos de diversos temas regionais, desde os conflitos na Síria e no Iêmen até o cenário político no Bahrein (marcado pela tensão entre a família real sunita, aliada a Riade, e a população de maioria xiita), entre outros.

Questões de segurança e estabilidade regionais são cruciais à política externa de Riade, razão pela qual as relações com os países do entorno e com grandes potências militares foram historicamente o foco das relações bilaterais sauditas.

A aliança saudita com os **EUA** tem sido, desde a década de 1940, um dos alicerces de sua inserção internacional e segurança nacional. Particularmente a partir da ascensão do rei Salman, contudo, observou-se também a busca pela diversificação de parcerias e por uma atuação internacional mais independente. Essa tendência foi exacerbada pelo relativo distanciamento das relações com os EUA ao longo da presidência Obama, cujo auge foi marcado pela insatisfação do Reino com a assinatura do Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPOA, na sigla em inglês) – o "acordo nuclear" entre os P5+1 (China, EUA, França, Reino Unido, Rússia e Alemanha) e o Irã, em 2015 – e com a aprovação pelo Congresso norte-americano, em novembro de 2016, da lei "*Justice Against Sponsors of Terrorism Act* (JASTA)", que abriu a possibilidade de ações judiciais contra a Arábia Saudita por suposto apoio financeiro ao atentado de 11 de setembro de 2001.

Com a eleição de Donald Trump nos EUA, a relação privilegiada entre Riade e Washington foi restabelecida. A Arábia Saudita foi o destino da primeira visita internacional de Trump como presidente,

em maio de 2017, ocasião em que cumpriu agenda bilateral, reuniu-se com representantes do CCG e participou da "Cúpula Árabe-Islâmica-Americana". Durante a visita, acordou-se a compra pela Arábia Saudita de US\$ 110 bilhões em equipamentos militares norte-americanos, além de compras posteriores totalizando US\$ 350 bilhões ao longo de 10 anos.

A reaproximação com Riade, além de trazer vantagens econômicas para os EUA, é justificada pelo governo Trump como elemento fundamental de sua política de combate ao terrorismo internacional, na qual se insere também o isolamento do Irã.

O **Iêmen** encontra-se em conflito armado desde setembro de 2014, quando rebeldes houthis, adeptos do zaidismo (corrente do xiismo seguido por cerca de 40% da população iemenita), insatisfeitos com os rumos da transição política adotada pelo presidente Abdo Raboo Mansour Hadi na esteira da "primavera árabe", tomaram os principais prédios públicos da capital, Sanaa. Desde março de 2015, coalizão liderada pela Arábia Saudita (e capitaneada pelo príncipe Mohammed bin Salman, então recém-nomeado ministro da Defesa) atua militarmente no Iêmen contra os houthis. As operações contam com o endosso do presidente Hadi, reconhecido como mandatário legítimo do Iêmen pela comunidade internacional, que se exilou em Riade.

A insistência das partes na solução militar para o conflito tem prejudicado a retomada das negociações e deteriorado a crise humanitária no país, considerada a mais grave do mundo atualmente. Estima-se que mais de 10 mil pessoas tenham morrido em três anos de hostilidades e que 22,2 milhões de iemenitas necessitem de assistência humanitária. Todas as partes envolvidas são acusadas de violações sistemáticas do direito internacional humanitário.

Em novembro de 2017, forças houthis atiraram pela primeira vez mísseis balísticos em direção a Riade, o que gerou a intensificação de bombardeios e de bloqueio da coalizão a portos iemenitas. A Arábia Saudita acusa o Irã de transferir armas para os houthis, em violação à resolução 2216 (2015), do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 22/12/17, o governo brasileiro emitiu nota repudiando as violações do direito internacional decorrentes do conflito no Iêmen e conclamando as partes a cessarem as hostilidades com vistas à retomada de negociações de paz. Em 4/4/18, o Brasil novamente emitiu nota à imprensa repudiando violações do direito internacional no contexto do conflito e manifestando confiança no trabalho do enviado especial do secretário-geral da ONU para o Iêmen, Martin Griffiths.

Outro contencioso – opondo a Arábia Saudita, os EAU, o Bahrein e o Egito (o "quarteto"), de um lado, e o Catar, de outro – deu lugar à atual **crise diplomática no Golfo**. Nas primeiras horas do dia 5 de junho de 2017, os países do quarteto anunciaram o rompimento de relações diplomáticas com o Catar alegando "ingerência de Doha nos assuntos internos" daqueles países, o "alinhamento político do Catar com o Irã" e o "apoio catariano a entidades extremistas e terroristas", exigindo, entre outras medidas, o fechamento da rede de televisão catariana Al Jazeera. O Catar nega as acusações e sustenta que as medidas do "quarteto" visam ao controle de sua soberania e de sua "política externa independente".

Além da retirada de seus embaixadores acreditados em Doha e da expulsão dos diplomatas catarianos, as fronteiras aéreas, terrestres e marítimas dos países do quarteto foram fechadas aos cidadãos catarianos. Cidadãos daqueles países também foram orientados a deixar o Catar. Desde o início da crise o Kuwait tem feito esforços de mediação.

O Brasil não se posicionou sobre o teor das alegações das partes envolvidas. Manifestou-se, por meio de duas notas, em 6/6/17 e em 14/7/17, que exortam as partes ao diálogo, expressando apoio aos esforços de mediação empreendidos pelo emir do Kuwait.

A crise diplomática atual abalou seriamente o próprio funcionamento do CCG, organismo que vinha exercendo relevante papel na concertação política e econômica dos países do Golfo desde sua criação, em 1981. A 38ª Sessão do Conselho Supremo do CCG, realizada em 5/12/17, no Kuwait, viu-se comprometida com a participação de apenas os chefes de Estado do Kuwait e do Catar, tendo a Arábia Saudita, o Bahrein e os EAU deixado clara a recusa de utilizar a reunião como plataforma de diálogo com Doha.

Não há ainda perspectiva para a superação da crise diplomática no Golfo.

As iniciativas de política externa saudita respaldam-se nos recursos que o Reino pode dispender com base nas elevadas receitas oriundas da venda de petróleo. Devido à importância da exportação daquele produto para economia nacional, a Arábia Saudita atribui papel prioritário à diplomacia na seara de **energia**, sendo, também, país central nesse campo, seja individualmente ou no contexto da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (**OPEP**).

A Arábia Saudita também vem procurando, por fim, aumentar sua participação em **órgãos internacionais de direitos humanos**, como o Conselho de Direitos Humanos e a Comissão de Direitos das Mulheres das Nações Unidas, junto aos quais busca ecoar as

aceleradas reformas sociais e culturais por que o país vem passando internamente.

ECONOMIA

O PIB da Arábia Saudita é o maior do mundo árabe (US\$ 678 bilhões) e sua economia é a vigésima maior do mundo. As reservas internacionais sauditas eram da ordem de US\$ 487 bilhões ao final de 2017. Em 2005, o país completou o processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (**OMC**). As reformas conduzidas a partir de então garantiram também o ingresso no **G20**, tornando a Arábia Saudita o único país árabe no grupo de maiores economias do mundo.

Com 269 bilhões de barris, a Arábia Saudita detém a segunda maior reserva nacional de **petróleo**. O país é, hoje, o maior exportador desse produto, respondendo por cerca de 20% das exportações mundiais, o que, em 2017, correspondeu a US\$ 117,3 bilhões. Historicamente, a economia é altamente dependente do setor petrolífero, que responde por 42% do PIB, 87% das receitas públicas e 90% das exportações do país.

Depois de quatro anos nas cercanias dos US\$ 100, o preço do barril de petróleo caiu, na segunda metade de 2014, para aproximadamente US\$ 50. Um dos motivos para a crise de superprodução foi atribuído à insistência saudita em altos níveis de exportação para inviabilizar novos produtores de petróleo de xisto e prejudicar rivais regionais, como o Irã. A tendência de baixa persistiu, atingindo menos de US\$ 30 no início de 2016, o que gerou dificuldades para a saúde das contas públicas e do balanço de pagamentos de economias dependentes da exportação da *commodity*, inclusive da Arábia Saudita. Em coordenação com os demais membros da OPEP, a Arábia Saudita liderou, em 2017, processo de negociação com Estados produtores não-membros do organismo, que acordaram em restringir a produção mundial para estabilizar o preço do barril, inicialmente no patamar de US\$ 50, tendo superado de US\$ 60 no início de 2018.

O **déficit** estatal saudita – que foi de US\$ 109 bilhões em 2015, de US\$ 79 bilhões em 2016, US\$ 61,3 bilhões em 2017 e, de acordo com previsão oficial, será de US\$ 52 bilhões em 2018 – tem sido suprido por meio do lançamento quantidade inédita de títulos nos mercados doméstico e internacional, além da utilização de reservas internacionais.

A situação levou o governo a priorizar o delineamento de políticas voltadas à redução da dependência da economia saudita em relação ao petróleo, o que inclui a intenção de construção de **usinas nucleares**.

Nesse contexto, em abril de 2016, o rei Salman anunciou a estratégia de desenvolvimento econômico saudita até o ano de 2030: o plano "**Visão 2030**". O projeto, liderado pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, congrega metas e políticas em setores diversos que visam à diminuição da dependência da exportação de hidrocarbonetos e incluem a *privatização* de amplos setores de atuação estatal, o aumento da atratividade do país para *investidores estrangeiros* e a *dinamização de setores* pouco explorados da economia, como mineração, indústria e entretenimento.

Dentre as diversas medidas de modernização planejadas está a abertura parcial do capital da **Aramco**, empresa petrolífera estatal. Avalia-se o valor da empresa entre 1,2 e 2 trilhões de dólares, o que tornaria a abertura de 5% de seu capital a maior oferta pública inicial (IPO) da história.

Outra iniciativa que tem tido destaque no contexto da atração de investimento estrangeiro calcada na Visão 2030 diz respeito à criação de novas **zonas econômicas especiais**. Quatro exemplos anunciados são a Rei Abdullah (entre Meca e Medina, servindo como posto marítimo), a Knowledge (em Medina, pretendendo consolidar-se como *hub* tecnológico e criar 20.000 empregos), a Príncipe Abdulaziz bin Mousaad (em Hail, como *hub* de transporte terrestre) e a Jazan (centro industrial com usinas elétricas e de dessalinização, ao sul de Jedá).

O projeto mais audacioso nesse domínio até o momento, porém, é o da construção da cidade denominada **NEOM** (do latim, *neo* = “novo”, acrescido da primeira letra da palavra árabe *mostaqbal* = “futuro”), anunciado pelo príncipe Mohammed bin Salman em outubro de 2017. A NEOM deverá estender-se por uma área de 26.500 Km² junto ao Mar Vermelho e ao Golfo de Aqaba, nas fronteiras com o Egito e com a Jordânia, e contar com leis tributária e trabalhista próprias e com sistema judiciário autônomo (o que pretende tornar o projeto mais atrativo para investidores estrangeiros). Os investimentos na cidade deverão centrar-se em setores considerados “fundamentais para o futuro da civilização humana”, incluindo energias renováveis e água; transporte; biotecnologias; alimentação; ciências técnicas e digitais; industrialização avançada; informação e produção mediática; e entretenimento. Prevê-se que a cidade seja abastecida somente por energia eólica e solar e servida em grande

parte pelo trabalho de robôs. A fase inicial de sua construção está orçada em US\$ 500 bilhões, provenientes do *Saudi Arabia Public Investment Fund* (PIF) e de investidores estrangeiros. A conclusão da primeira fase do projeto está prevista para 2025.

O governo tem anunciado ainda, no contexto da Visão 2030, medidas para promover o equilíbrio das contas públicas, como a **diminuição de subsídios** diversos e a **criação de impostos**, como o imposto sobre valor agregado e impostos sobre a venda de cigarros. Efetivamente, não havia no país tributação de renda ou de consumo até janeiro de 2018, quando entrou em vigor a cobrança de 5% sobre o valor agregado de bens e serviços (IVA), acordada no âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). A ela somaram-se dois aumentos expressivos em itens de consumo básico da população saudita: energia elétrica (300%) e gasolina (105%).

As reformas enfrentam, no entanto, tendências também em sentido contrário. O orçamento militar saudita, por exemplo, consumiu US\$ 64 bilhões em 2016 (pouco menos de 10% do PIB) e deve continuar crescendo. Subsídios e benesses estatais são, ainda, vistos como importantes ferramentas de sustentação política. Além disso, é pouco provável a diminuição da enorme folha de pagamentos estatal, dada a dificuldade do setor privado em absorver mão de obra local. O **setor governamental** responde por 13% do PIB (mais que o dobro que nos vizinhos EAU e Catar) e pela ocupação de cerca de 66% da população nacional empregada.

Nesse sentido, apesar de apontar para redução do déficit para menos de 8% do PIB, o orçamento previsto para 2018 registra o maior nível de **despesas** na história da Arábia Saudita (US\$ 260,8 bilhões). Ainda assim, o volume de **reservas** em moeda estrangeira se situa no saudável patamar 80% do PIB, e avalia-se que, mesmo que as metas de modernização econômica da Visão 2030 não sejam implementadas em sua totalidade, são positivas as perspectivas econômicas em médio prazo.

Por ser a economia saudita fortemente dependente de mão-de-obra estrangeira, o governo tem buscado diminuir a alta taxa de desemprego (12,8% da população), em especial na faixa etária dos 20 a 29 anos (onde alcança o patamar de 25%), por meio de política de “**saudização**”, que estabelece quotas mínimas para nacionais sauditas em empresas, variando de 5 a 30%, dependendo do setor.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1902	Abdulaziz Al Saud dá início à campanha de reconquista do território da Península da Arábia.
1926	Al Saud proclama-se rei do Hejaz e sultão do Najd
1932	Al Saud funda o Reino da Arábia Saudita.
1953	Saud Al Saud, filho de Abdulaziz Al Saud, ascende ao trono.
1962	O príncipe Faisal bin Abdulaziz, irmão de Saud, torna-se primeiro-ministro.
1964	Saud é deposto pelo irmão Faisal, que introduz reformas e declara a abolição da escravidão.
1967	A Arábia Saudita declara guerra contra Israel, mas não há luta.
1969	Tentativa frustrada de golpe de Estado.
1973	Participação, na frente síria, na Guerra do Yom Kippur. Primeiro choque do petróleo.
1975	Assassinato de Faisal. Khalid bin Abdulaziz assume o trono.
1979	Ruptura com o Egito, após os Acordos de Camp David. Invasão da Mesquita de Meca por radicais islâmicos. Segundo choque do petróleo.
1981	Criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), do qual fazem parte, além da Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã.
1982	Morte de Khalid. O príncipe Fahd bin Abdulaziz assume o trono.
1990	Guerra do Golfo. O território saudita é atacado por mísseis iraquianos e é usado como plataforma para a invasão do território kuwaitiano por tropas norte-americanas.
2001	Atentados de 11 de setembro nos EUA. Vários terroristas envolvidos possuíam nacionalidade saudita.
2002	O príncipe herdeiro Abdullah Al Saud lança a “Iniciativa Árabe de Paz” para o conflito israelo-palestino.
2005	Morte do rei Fahd. Abdullah bin Abdulziz Al Saud ascende ao

	trono.
2011	No contexto dos eventos da “primavera árabe”, tropas sauditas, sob o amparo do “Escudo da Península” do CCG, intervêm na crise política do Bahrein (14/03). Criação do Centro de Contraterrorismo da ONU, projeto de autoria saudita. Morte do príncipe herdeiro Sultan bin Abdulaziz Al Saud (outubro).
2012	Morte do príncipe herdeiro Nayef bin Abdulaziz Al Saud (16/6). Outro irmão do rei Abdullah, Salman bin Abdulaziz Al Saud, é nomeado príncipe herdeiro (18/6).
2014	Crise diplomática entre o Catar, de um lado, e a Arábia Saudita, os EAU e o Bahrein, de outro. Estes três últimos países retiram seus embaixadores de Doha em alegado protesto pelo não-cumprimento pelo Catar de disposições do acordo de segurança do CCG, assinado no final de 2013 (março). Cúpula extraordinária do CCG, realizada em Riade por convocação do rei Abdullah, declara encerrada a "crise dos embaixadores", tendo sido decidido o retorno dos representantes diplomáticos saudita, emirático e barenita a Doha (16/11).
2015	Morte do rei Abdullah. Ascensão ao trono de Salman bin Abdulaziz Al Saud (23/1). Início dos ataques aéreos contra alvos houthis no território iemenita por coalizão liderada pela Arábia Saudita e integrada por Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Jordânia, Sudão e Egito, com o endosso do presidente iemenita Abdo Raboo Mansour Hadi (26/3). Mohammed bin Nayef Al Saud é nomeado príncipe herdeiro e Mohammed bin Salman Al Saud, vice-príncipe herdeiro (abril). Tragédia durante a peregrinação do Hajj, em Meca, vítima fatalmente mais de 2.000 fiéis islâmicos de diversas nacionalidades. Aproximadamente 500 cidadãos iranianos perecem no acidente, o que motiva acirramento de acusações entre Riade e Teerã (setembro).
2016	A Arábia Saudita executa o clérigo xiita Nimr Al Nimr. Em

	decorrência, a embaixada saudita em Teerã e o consulado da Arábia Saudita em Mashhad, no Irã, são atacados por multidões, resultando no rompimento das relações diplomáticas entre os dois países (janeiro).
2017	Arábia Saudita, Bahrein, EAU e Egito rompem relações diplomáticas com o Catar, dando início à mais profunda crise diplomática no Golfo desde a criação do CCG (5/6). Mohammed bin Nayef é destituído do título de príncipe herdeiro e substituído por Mohammed bin Salman (21/6). Forças armadas sauditas interceptam pela primeira vez em Riade míssil atirado pelos houthis, do Iêmen (4/11). Centenas de empresários e membros da família real saudita são presos acusados de corrupção (4/11).
2018	Realizou-se, em Jeddá, primeiro encontro de alto nível do Conselho de Coordenação Saudita-Emirático. Na ocasião, foi lançada a chamada “<i>Strategy of Resolve</i>”, que incluiu a assinatura de 20 memorandos de entendimento e prevê a realização de 44 projetos estratégicos. Entrou em vigor decreto real, proclamado em setembro de 2017, autorizando mulheres a conduzirem veículos automotores dentro do território da Arábia Saudita (24/6).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1890	O cruzador "Almirante Barroso", então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Jedá, à época sob domínio otomano, em escala de viagem de circunavegação.
1968	Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Arábia Saudita (23 de dezembro).
1970	É criada a embaixada do Brasil na Arábia Saudita, em regime de cumulatividade com a embaixada do Brasil em Beirute (23/1).
1973	Instalação da Missão diplomática residente do Brasil em Jedá. Abertura da embaixada da Arábia Saudita em Brasília. O Chanceler da Arábia Saudita, Omar Al Sakka, encontra-se, no Rio de Janeiro, com o então Presidente da Petrobras, General Geisel, e com o futuro chanceler Azevedo da Silveira.
1974	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros saudita, Omar Al Sakka, a Brasília, ocasião em que inaugura Missão diplomática residente.
1975	Brasil e Arábia Saudita assinam o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.
1979	Primeiro encontro da Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita, em Jedá (28/4 - 2/5).
1979	O ministro da Agricultura e Recursos Hídricos saudita, Abdul Rahman Aziz Alsheik, visita Brasília e discute com o chanceler Saraiva Guerreiro cooperação do Brasil no setor agrícola (12/6).
1982	Visitas à Arábia Saudita do chanceler Saraiva Guerreiro e do ministro da Fazenda, Ernane Galveas.
1984	Visita ao Brasil do príncipe Sultan bin Abdulaziz Al Saud, ministro da Defesa e da Aviação da Arábia Saudita. Assinatura do Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar.
1986	Visita à Arábia Saudita do chanceler Roberto de Abreu Sodré. Transferência da Missão diplomática brasileira de Jedá para Riade.

2000	Visita ao Brasil do herdeiro do trono saudita e futuro rei Abdullah bin Abdulaziz Al Saud.
2003	Visita à Arábia Saudita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.
2005	Visita do chanceler Celso Amorim a Jedá e a Riade (fevereiro). Participação de delegação saudita, chefiada pelo chanceler Saud al Faisal bin Abdulaziz Al Saud, na I Cúpula ASPA, em Brasília (maio).
2008	Visita do chanceler Celso Amorim à Arábia Saudita (fevereiro). Encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o rei Abdullah à margem de reunião do G20 Financeiro, em Washington (15/11).
2009	Visita de Estado do Presidente Lula da Silva a Riade (16-17/5). Primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à Arábia Saudita. Assinatura do Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas e do Acordo Geral de Cooperação bilateral.
2010	Visita ao Brasil do ministro da Agricultura saudita, Fahad bin Abdulrahman Balghunaim, acompanhado de missão empresarial (3-6/10). Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Riade, acompanhado de missão empresarial (3-4/12).
2011	O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, viaja a Riade para participar de reunião do Foro Internacional de Energia (27/2).
2012	O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, visita a Arábia Saudita (18/2). O ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, participa de encontro do Foro Internacional de Energia, em Riade (22/2). A primeira reunião do Mecanismo bilateral de consultas políticas tem lugar em Brasília (30/5).

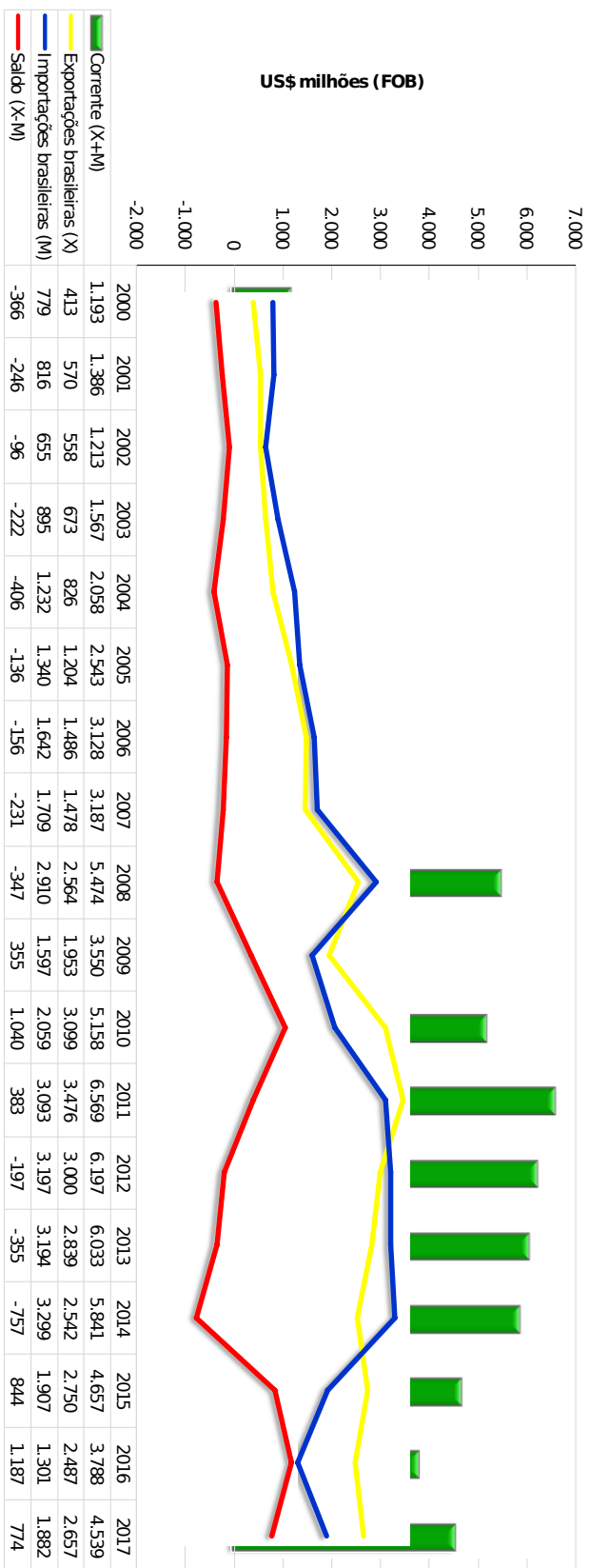
2013	O vice-chanceler saudita e filho do rei, príncipe Abdulaziz bin Abdullah Al Saud, visita São Paulo para presidir a cerimônia de premiação do VI Concurso Internacional de Tradução Rei Abdullah bin Abdulaziz Al Saud, sendo recebido pelo vice-presidente da República, Michel Temer, e pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (21/10).
2014	Criado, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Arábia Saudita.
2015	Delegação do Conselho Consultivo saudita (Conselho Shura) visitou o Brasil, tendo sido recebida pelo então vice-presidente Michel Temer (9-11/3). II Reunião da Comissão Mista bilateral, em Brasília. Na ocasião, foram assinados os acordos bilaterais de cooperação esportiva e de serviços aéreos e o memorando de entendimento sobre cooperação entre o Instituto Rio Branco e a academia diplomática saudita (14/4). A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, viaja a Riade, oportunidade em que assina atos bilaterais que encerram o embargo sanitário imposto em 2012 pelo Reino às importações de carne bovina brasileira (8/11).
2016	Encontro entre o presidente Michel Temer e o ministro da Defesa Mohammed bin Salman, à margem da reunião de cúpula do G20, em Hangzhou, China (setembro). Segunda reunião do Mecanismo de consultas políticas bilaterais, em Riade (17/10)
2017	Visita à Arábia Saudita do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi (15-19/5).
2018	Visita à Arábia Saudita do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Fernando Collor (28/3-1/4). Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Arábia Saudita é criado no âmbito do Senado Federal (17/4), presidido pela Senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica	2/4/1975	5/5/1976 (<i>Substituído pelo Acordo Geral de Cooperação</i>)	2/6/1976
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	13/8/1981		
Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar	9/10/1984	9/10/1984	22/10/1984
Acordo Geral de Cooperação	16/5/2009	22/9/2010	3/6/2011
Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas	16/5/2009	16/5/2009	2/6/2009
Programa de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto de Estudos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita	14/4/2015	14/4/2015	30/4/2015
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Arábia Saudita	14/4/2015	Em tramitação no Congresso Nacional	

INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

Comércio Brasil-Arábia Saudita



Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

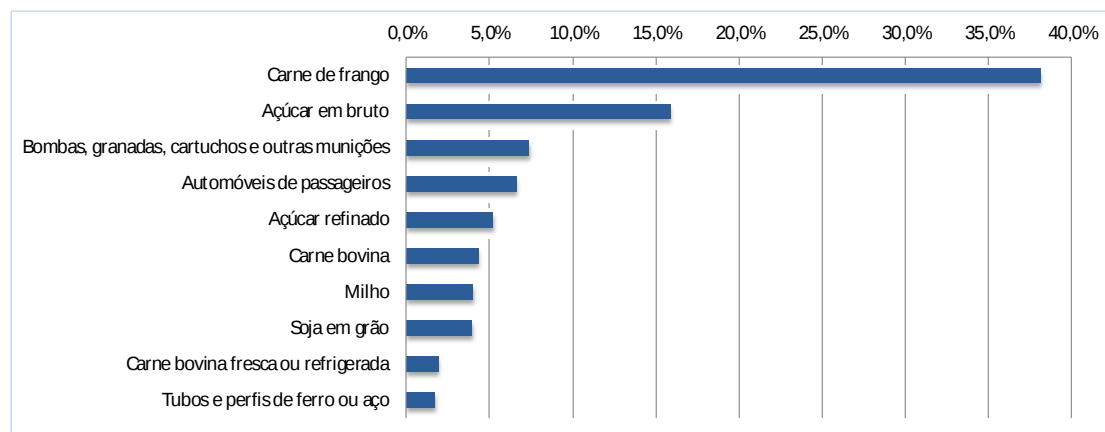
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (janeiro)	189	156	345	33
2018 (janeiro)	255	161	416	94

Composição das exportações brasileiras para a Arábia Saudita (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carne de frango	1.360	49,4%	1.161	46,7%	1.012	38,1%
Açúcar em bruto	169	6,1%	348	14,0%	421	15,8%
Bombas, granadas, cartuchos e outras munições	107	3,9%	65	2,6%	196	7,4%
Automóveis de passageiros	0	0,0%	103	4,1%	177	6,7%
Açúcar refinado	171	6,2%	95	3,8%	139	5,2%
Carne bovina	0	0,0%	68	2,7%	116	4,4%
Milho	126	4,6%	108	4,3%	107	4,0%
Soja em grão	194	7,1%	148	6,0%	105	4,0%
Carne bovina fresca ou refrigerada	0	0,0%	43	1,7%	50	1,9%
Tubos e perfis de ferro ou aço	25	0,9%	53	2,1%	45	1,7%
Subtotal	2.152	78,2%	2.192	88,1%	2.368	89,1%
Outros	598	21,8%	295	11,9%	289	10,9%
Total	2.750	100,0%	2.487	100,0%	2.657	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

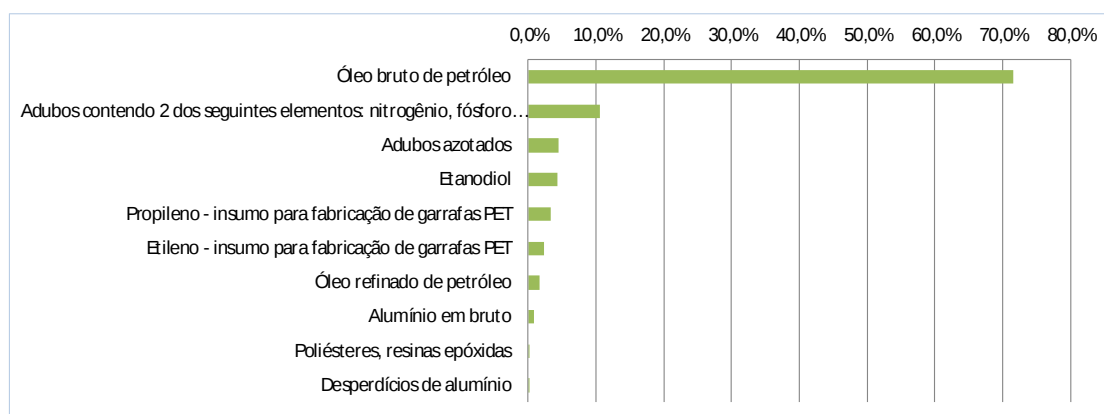


Composição das importações brasileiras originárias da Arábia Saudita (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	1.553	81,5%	885	68,0%	1.348	71,6%
Alubos contendo 2 dos seguintes elementos: nitrogênio, fósforo e potássio	37	1,9%	142	10,9%	199	10,6%
Alubos azotados	31	1,6%	70	5,4%	85	4,5%
Etanodiol	56	2,9%	73	5,6%	81	4,3%
Propileno - insumo para fabricação de garrafas PET	54	2,8%	51	3,9%	63	3,3%
Etileno - insumo para fabricação de garrafas PET	55	2,9%	22	1,7%	43	2,3%
Óleo refinado de petróleo	62	3,3%	12	0,9%	30	1,6%
Alumínio em bruto	1	0,1%	24	1,8%	17	0,9%
Poliésteres, resinas epóxicas	2	0,1%	2	0,2%	4	0,2%
Desperdícios de alumínio	7	0,4%	6	0,5%	4	0,2%
Subtotal	1.858	97,5%	1.287	99,0%	1.874	99,6%
Outros	49	2,5%	14	1,0%	8	0,4%
Total	1.907	100,0%	1.301	100,0%	1.882	100,0%

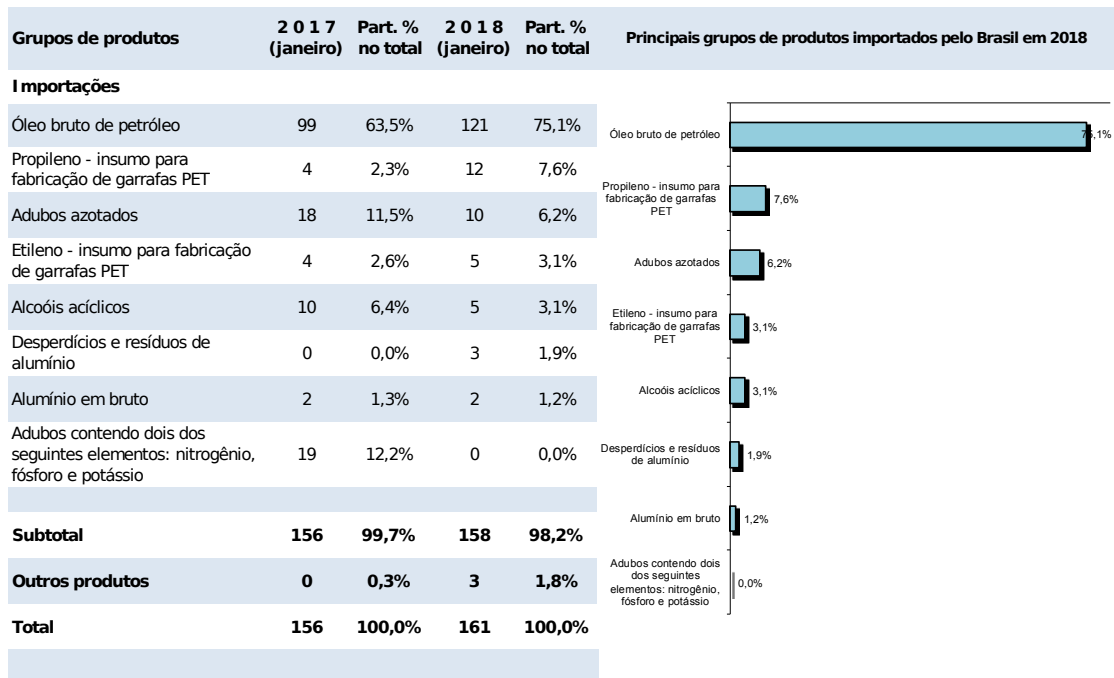
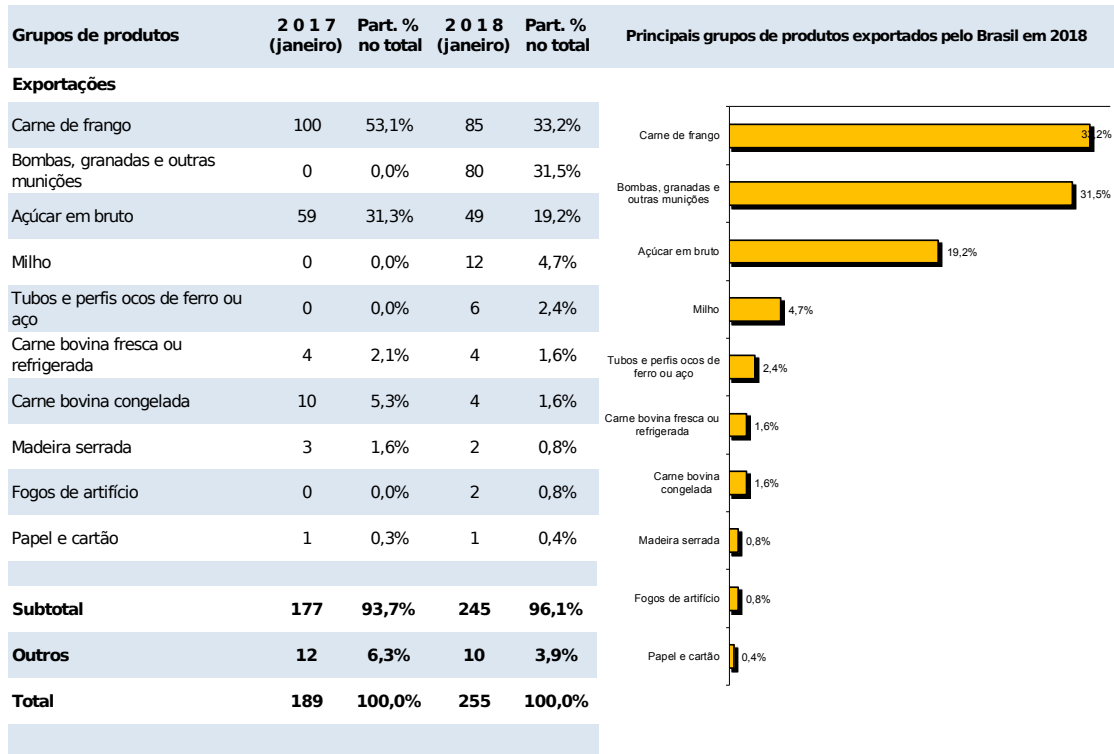
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



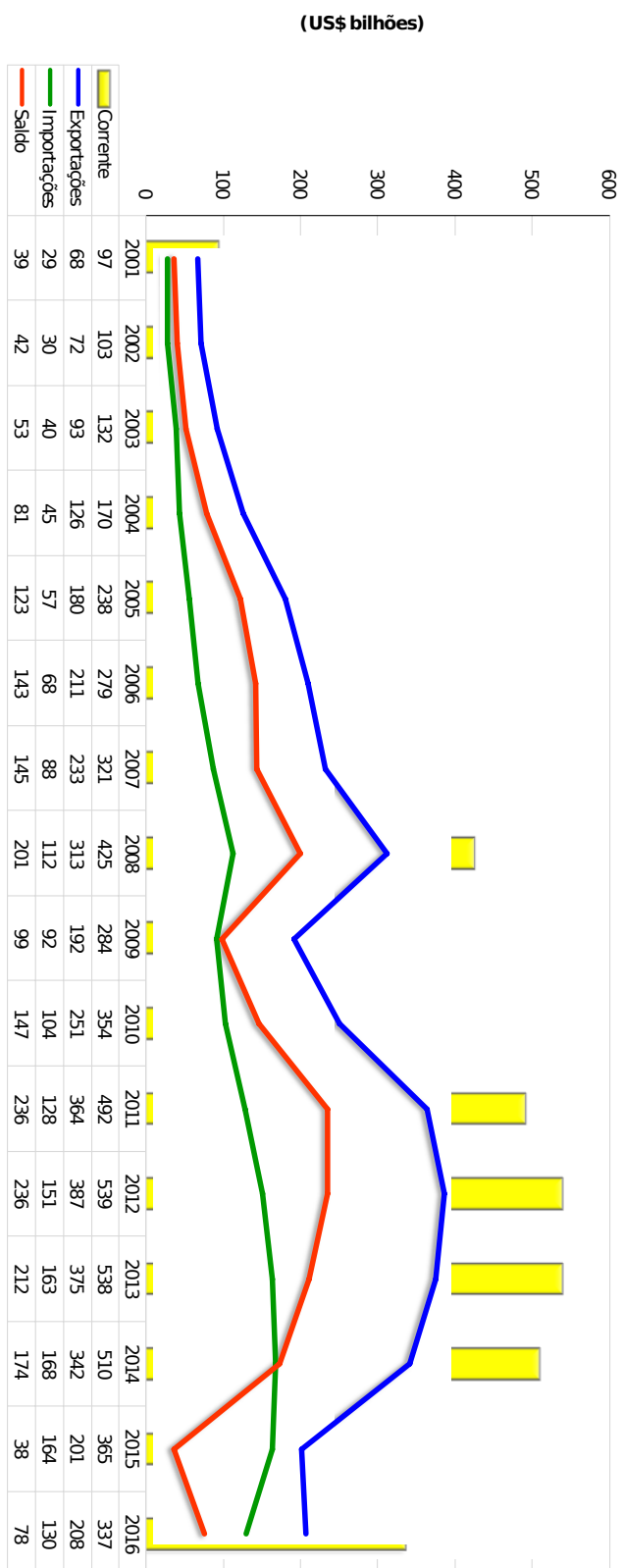
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Comércio Arábia Saudita x Mundo



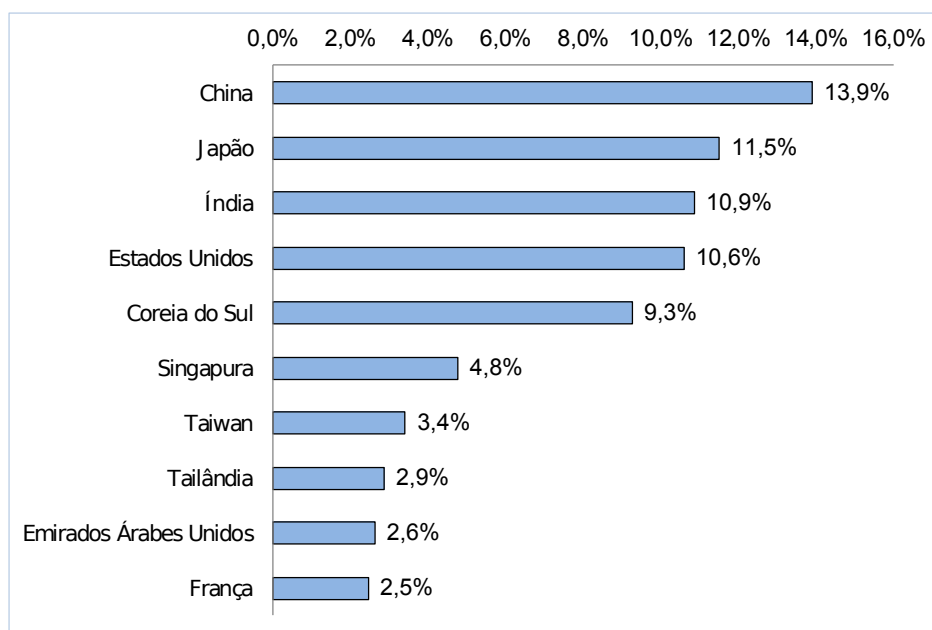
Elaborado pelo MEF/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados de UNCTAD/TradeMap, February 2018.

Principais destinos das exportações da Arábia Saudita

Em %

Países	2 0 1 6
China	13,9%
Japão	11,5%
Índia	10,9%
Estados Unidos	10,6%
Coreia do Sul	9,3%
Singapura	4,8%
Taiwan	3,4%
Tailândia	2,9%
Emirados Árabes Unidos	2,6%
França	2,5%
...	
Brasil (25º lugar)	0,8%
Subtotal	73,1%
Outros países	26,9%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

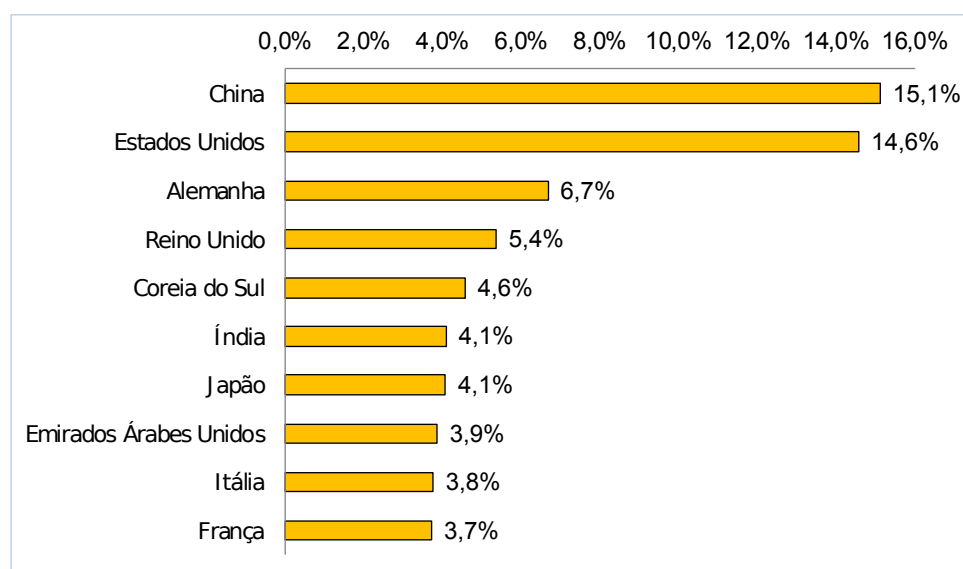


Principais origens das importações da Arábia Saudita

Em %

Países	2 0 1 6
China	15,1%
Estados Unidos	14,6%
Alemanha	6,7%
Reino Unido	5,4%
Coreia do Sul	4,6%
Índia	4,1%
Japão	4,1%
Emirados Árabes Unidos	3,9%
Itália	3,8%
França	3,7%
...	
Brasil (14º lugar)	2,0%
Subtotal	67,9%
Outros países	32,1%
Total	100,0%

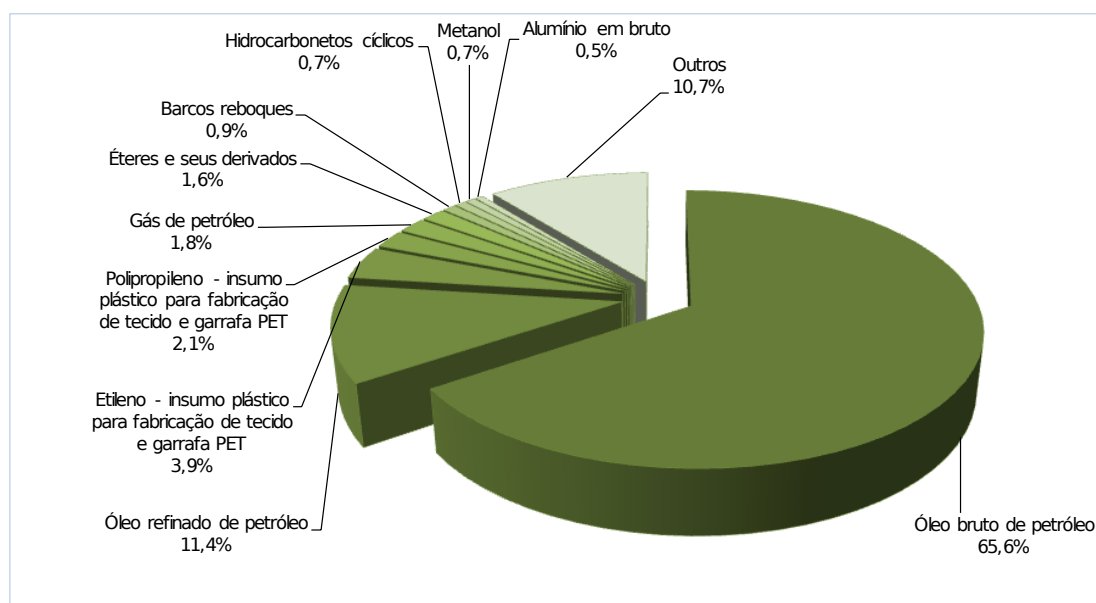
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações da Arábia Saudita (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	136,18	65,6%
Óleo refinado de petróleo	23,67	11,4%
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	8,09	3,9%
Polipropileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	4,44	2,1%
Gás de petróleo	3,83	1,8%
Éteres e seus derivados	3,23	1,6%
Barcos reboques	1,81	0,9%
Hidrocarbonetos cíclicos	1,55	0,7%
Metanol	1,35	0,7%
Alumínio em bruto	1,11	0,5%
Subtotal	185,26	89,3%
Outros	22,31	10,7%
Total	207,57	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

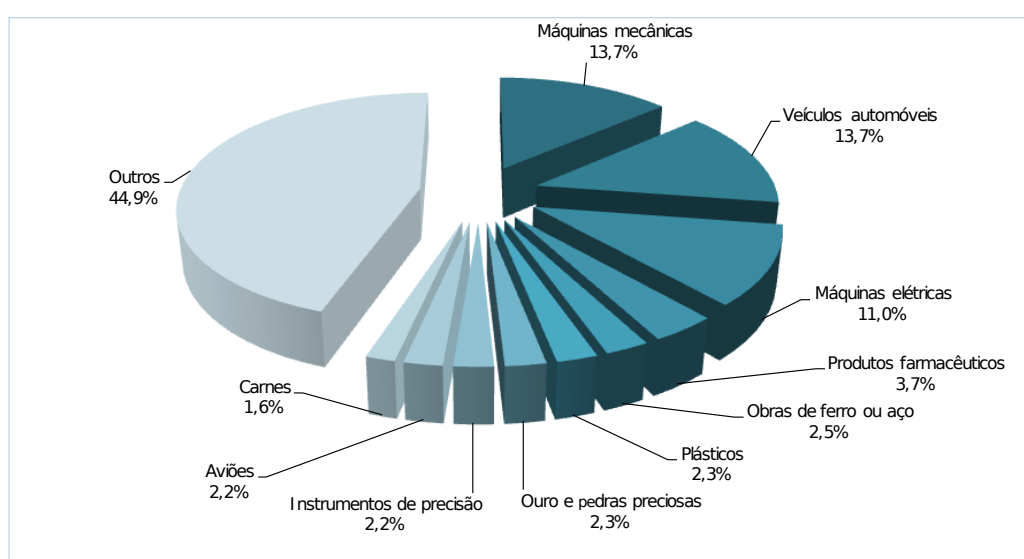


Composição das importações da Arábia Saudita (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	17,78	13,7%
Veículos automóveis	17,72	13,7%
Máquinas elétricas	14,33	11,0%
Produtos farmacêuticos	4,82	3,7%
Obras de ferro ou aço	3,20	2,5%
Plásticos	2,96	2,3%
Ouro e pedras preciosas	2,95	2,3%
Instrumentos de precisão	2,87	2,2%
Aviões	2,79	2,2%
Carnes	2,14	1,6%
Subtotal	71,57	55,1%
Outros	58,23	44,9%
Total	129,80	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Arábia Saudita

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,74%	0,13%	1,13%	1,63%	1,85%
PIB nominal (US\$ bilhões)	646,44	678,54	708,49	733,14	760,99
PIB nominal "per capita" (US\$)	20.365	20.957	21.453	21.764	22.148
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,75	1,79	1,85	1,92	1,99
PIB PPP "per capita" (US\$)	55.331	55.263	55.854	56.839	57.946
População (milhões habitantes)	31,74	32,38	33,03	33,69	34,36
Inflação (%) ⁽²⁾	1,75%	-0,16%	4,96%	1,99%	2,20%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,26%	0,64%	0,40%	1,16%	1,22%
Dívida externa (US\$ bilhões)	189,33	205,49	218,68	221,89	224,10
Câmbio (SR / US\$) ⁽²⁾	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75

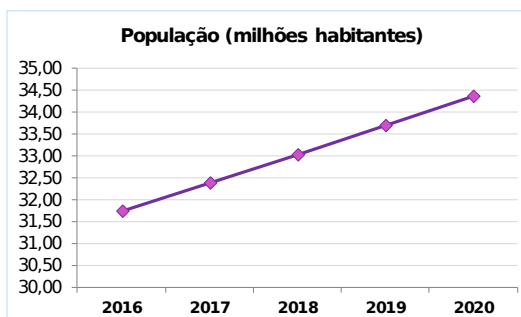
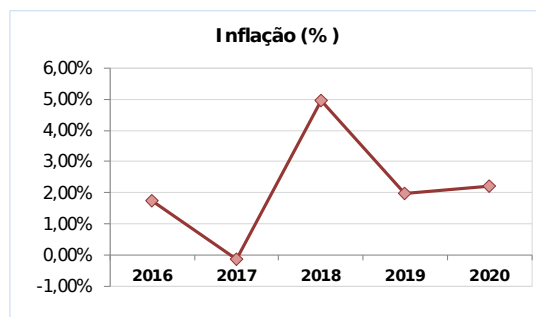
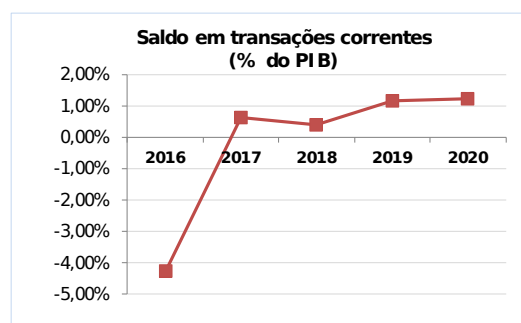
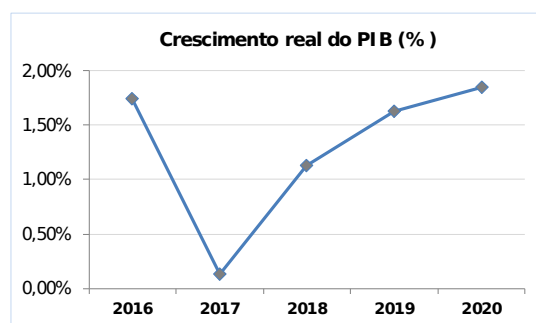
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	2,6%
Indústria	44,2%
Serviços	53,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2018.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

IÊMEN



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Julho de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Iêmen
CAPITAL:	Sanaa
ÁREA	527.968 km²
POPULAÇÃO (2017):	28,03 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã (xiitas 35%, sunitas 65%.)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista (modelo francês)
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral (Majlis)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Abdo Raboo Mansour Hadi
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Ahmed Obeid bin Daghr
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Abdulmalik Abduljalil Al-Mekhlafi
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017)	US\$ 25,67 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 68,95 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2017):	US\$ 856
PIB <i>PER CAPITA</i> PPP (2017):	US\$ 2.300
VARIAÇÃO DO PIB:	-2,01% (2017); -9,78% (2016);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,482 (168º)
EXPECTATIVA DE VIDA:	64,1%
ALFABETIZAÇÃO:	70,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2014 est.):	27%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial iemenita
EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO IÊMEN (CUMULATIVO COM A EMBAIXADA DO BRASIL EM RIADE):	Embaixador Flavio Marega.
EMBAIXADOR DO IÊMEN JUNTO AO BRASIL (COMULATIVO COM A EMBAIXADA DO IÊMEN EM HAVANA):	Atual embaixador do Iêmen em Havana, Mohammed Nasher.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IÊMEN (MDIC, em milhões de US\$)

Brasil→IÊMEN	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	141	105	180	162	366	308	467	215	404
Exportações	105	105	180	162	366	308	467	215	404
Importações	35,91	0	0,03	0,12	0	0,01	0,01	0,25	0,02
Saldo	69	105	180	162	366	308	467	214	404

APRESENTAÇÃO

A região do extremo sul da Península Arábica, que hoje compreende a República do Iêmen, foi conhecida na Antiguidade por Arabia Felix em razão de suas terras férteis, em contraste com o deserto que domina o restante da península. Localizada na entrada do Mar Vermelho e bastante montanhosa, a região apresenta numerosas fontes de água, favorecendo as culturas de cereais, algodão, frutas, vegetais e café. O qat, planta de ação estimulante mascada pelos habitantes – e que dá origem a uma droga poderosa – também ocupa parte da área cultivada.

O território abrigou diversos Estados durante o período pré-renascentista. O mais famoso, o Reino de Sabá, com capital em Ma'rib, prosperou entre os séculos X a II A.C., dominando o comércio de pimenta e incenso. A partir do século II A.C., o Reino de Sabá entrou em decadência, em virtude da abertura de rotas comerciais alternativas. A Dinastia Himarita imperou do século II A.C. ao VI D.C. Nesse período o paganismo passou a dar lugar, de modo gradual, ao cristianismo e judaísmo.

Ao declínio da Dinastia Himarita seguiram-se uma breve invasão de cristãos da Etiópia e o assentamento do Império Persa. A partir da ocupação persa, o islã foi introduzido no local. Em razão das diferentes tradições islâmicas – a costa marítima era dominada pelos sunitas da escola Shafii e os planaltos controlados pelos zaiditas, adeptos de corrente do xiismo seguido por cerca de 40% da população iemenita atual – o Iêmen tornara-se, progressivamente, campo de batalha de facções rivais.

Em 1516, o Império Turco Otomano conseguiu subjugar toda a região – entretanto, seu domínio foi desafiado pelo líder zaidita Qasim, o Grande (c.1567-1620). Na primeira metade do século XVII, os turcos foram definitivamente expulsos do interior do país, mantendo, porém, seu jugo sob a região costeira. No início do século XIX, o território foi invadido pelos wahabitas egípcios, mas se mantiveram por curto período de tempo, embora até 1840 apresentassem domínio dos principais portos do Iêmen. Houve período de instabilidade, até que os zaiditas retornaram ao poder, reconhecendo, entretanto, suserania turca, que impôs seu domínio sobre Sanaa em 1872. Os zaiditas se submetiam ao envio de vultosos pagamentos a título de subsídio ao sultão otomano.

A situação de anomia do século XIX facilitou que, em paralelo, os ingleses dominassem o Porto e Golfo de Aden, a funcionar como anteparo em suas rotas para Índia. Com a inauguração do canal de

Suez, em 1869, a presença na região do Iêmen tornou-se estrategicamente ainda mais relevante. O Reino Unido travou série de tratados de “proteção e aconselhamento” com os chefes de tribos e estados do planalto iemenita, cujos resultados foram a criação do Protetorado Ocidental do Aden e do Protetorado Oriental do Aden. Apenas nominalmente o norte do Iêmen se reportava ao Império Otomano.

A atual República do Iêmen foi criada a partir da unificação, em maio de 1990, entre a República Árabe do Iêmen (RAI – no norte, com capital em Sanaa) e a República Democrática Popular do Iêmen (RDPI – no sul, com capital em Aden).

O norte do Iêmen se tornou independente em 1918, no contexto da fragmentação do Império Otomano. Originalmente uma monarquia (Reino Mutawakkilita do Iêmen), o Iêmen do Norte tornou-se uma república em 1962, após golpe de Estado de militares adeptos do nacionalismo árabe nasserista. Seguiu-se ao golpe longa guerra civil, que duraria até 1970, na qual intervieram o Egito, enviando tropas em apoio aos republicanos, e a Arábia Saudita, financiando o esforço de guerra monarquista. Ao fim da guerra, o Estado conservou seu caráter republicano, mas incorporou à estrutura de governo indivíduos e tribos ligados ao lado monarquista. Em 1978, o coronel Ali Abdullah Saleh foi eleito pelo parlamento presidente da RAI, cargo que manteve até 1990.

O território que conforma o sul do Iêmen foi possessão britânica entre 1839 e 1967, quando o Reino Unido decidiu se retirar da região, o que deu origem, em novembro de 1967, à República Popular do Iêmen do Sul. Em 1970, guerrilhas marxistas apoiados pela URSS e que já haviam participado do processo de independência tomaram o poder, criando a República Democrática Popular do Iêmen e reorganizando o Estado em moldes socialistas.

Em 1972 e em 1979, ocorreram conflitos armados de pequena escala entre a RAI e a RDPI, durante os quais a RAI contou com apoio saudita. Ao fim de ambos os conflitos, foram assinados acordos prevendo a unificação do Iêmen, objetivo reiterado regularmente pelos dois Estados. Ao longo dos anos 70 e 80, no entanto, negociou-se, sem sucesso, a unificação do país, o que seria possível apenas em 1990, após o rompimento do equilíbrio de forças anterior decorrente do enfraquecimento da RDPI, por divisões internas, e da diminuição do apoio do bloco socialista a Aden, a partir de meados dos anos 80. Além disso, a descoberta de petróleo em região limítrofe entre os dois Estados incentivou a cooperação para sua exploração.

O país sempre encontrou desafios de governabilidade dados os graves problemas que o afligem – atuação de movimentos secessionistas, no sul; desemprego estrutural elevado; incapacidade de exercício da soberania e do poder de polícia fora das principais cidades, em função da balcanização da política tribal local e da ação de grupos terroristas, como a Al-Qaeda na Península Arábica (AQAP), e a influência direta de potências regionais.

O Iêmen se encontra em profunda crise político-militar desde setembro de 2014, quando rebeldes houthis, adeptos do zaidismo, insatisfeitos com os rumos da transição política adotada pelo presidente Abdo Raboo Mansour Hadi na esteira da "primavera árabe", tomaram os principais prédios públicos da capital, Sanaa. Desde março de 2015, coalizão liderada pela Arábia Saudita (e capitaneada pelo príncipe Mohammed bin Salman, então recém-nomeado ministro da Defesa) atua militarmente no Iêmen contra os houthis. As operações contam com o endosso do presidente Hadi, reconhecido como mandatário legítimo do Iêmen pela comunidade internacional, exilado em Riade.

ABDO RABOO MANSOUR HADI

Presidente da República do Iêmen



O general Abdo Raboo Mansour Hadi nasceu em 1945 na cidade de Zkin, província de Abyan. Graduado em 1964 na Escola do Exército do então Protetorado de Aden, foi em seguida enviado para o Reino Unido para curso de aperfeiçoamento militar. Em seguida, deslocou-se ao Cairo, onde se especializou em guerra de blindados na academia militar local.

Hadi entrou para o exército do Iêmen do Sul em 1970 e em 1972 foi membro da Comissão de Cessar-Fogo na guerra entre o Iêmen do Norte e o do Sul. Após curso de especialização em liderança militar na antiga URSS (1976), tornou-se diretor da Escola de Blindados, membro do Estado-Maior do Corpo de Blindados e membro do corpo docente da Escola de Guerra. Tal currículo o alçou à posição de um dos comandantes militares mais importantes do Iêmen.

Em 1983, foi nomeado chefe do comitê de negociações para compra de armamento soviético. Após a renúncia de Ali Salim Al Beidh, foi nomeado vice-presidente do Iêmen pelo então presidente Ali Abdullah Saleh, em 3 de outubro de 1994. Exerceu, ainda, o cargo de ministro da Defesa.

Em 4 de junho de 2011, foi nomeado presidente interino depois que Ali Abdullah Saleh foi ferido em atentado terrorista contra o palácio presidencial durante o levante iemenita, manifestação popular que exigia a renúncia do então chefe de Estado. Foi escolhido

presidente da República, em eleições que tiveram candidato único, realizadas em 21 de fevereiro de 2012.

Renunciou ao cargo em janeiro de 2015, na sequência da tomada de Sanaa pelos rebeldes houthis, mas voltou atrás em seguida e exilou-se em Riade, em março de 2015.

AHMED OBEID BIN DAGHR

Primeiro-Ministro do Iêmen



Ahmed Obeid bin Daghr nasceu em 2 de dezembro de 1952, na cidade de Hadhramaut, no Iêmen. Em 1983, graduou-se na Universidade de Aden, posteriormente obtendo mestrado e doutorado em História no Egito, respectivamente, em 2000 e 2004.

É membro do partido Congresso Geral do Povo. Tornou-se primeiro-ministro do Iêmen em abril de 2016, residindo na cidade de Aden, sede provisória do parlamento iemenita.

Em janeiro de 2018, separatistas do Conselho de Transição Sulista ocuparam grande de Aden e exigiram a renúncia de bin Daghr, acusado de corrupção e má administração.

RELAÇÕES BILATERAIS

Embora tenha sido a primeira região da Península Arábica com quem o Brasil independente estabeleceu contatos regulares – navios da Marinha brasileira passaram a visitar portos iemenitas com certa frequência a partir da década de 1880 – o Iêmen é o país com o qual o Brasil possui, hoje, a menor intensidade de diálogo político e cultural naquela região do Oriente Médio.

Até 1990, o Brasil manteve relações tanto com a República Árabe do Iêmen (RAI), quanto a República Democrática Popular do Iêmen. A representação em Sanaa, capital da RAI, era cumulativa com a embaixada do Brasil em Riade. Por sua vez, a representação com a República Democrática Popular do Iêmen era cumulativa com a embaixada do Brasil no Kuwait. Com a unificação do Iêmen, a embaixada em Riade tornou-se responsável pela representação brasileira no país.

Não há registros de **visitas oficiais** de altas autoridades entre os países, embora ocupantes do cargo de ministro da Água e do Meio Ambiente do Iêmen tenham visitado o Brasil em duas ocasiões. Em 2006, o ministro Abdul Rahman Al-Eryani participou da Conferência sobre Diversidade Biológica realizada em Curitiba. Em 2012, Abdou Razaz Saleh, ocupante da mesma pasta, chefiou a delegação iemenita que participou da Conferência Rio +20.

Em maio de 2012, o Brasil passou a integrar o mecanismo "Amigos do Iêmen", tendo participado das reuniões realizadas em maio e setembro de 2012, março e setembro de 2013 e abril de 2014. O mecanismo, que congregava cerca de 50 países, objetivava angariar apoio internacional para ajudar o país árabe a enfrentar os múltiplos desafios que enfrenta nos setores econômico, político, financeiro e de segurança.

As relações alcançaram novo estágio com a assinatura do único **ato internacional** celebrado entre os países. Em 2014, Brasil e Iêmen assinaram Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, que aguarda ratificação de ambas as partes.

A despeito da reduzida dimensão da economia do Iêmen e do prolongado conflito por que passa o país, o volume de **intercâmbio bilateral** é expressivo, totalizando US\$ 404 milhões em 2017. Trata-se de patamar semelhante àquele alcançado antes da eclosão da guerra civil no Iêmen (US\$ 452 milhões em 2014). Com efeito, o Brasil é uma das principais origens das importações iemenitas, atrás apenas de China, Turquia, Omã e Índia.

A corrente comercial é, entretanto, composta em quase sua totalidade por exportações brasileiras ao Iêmen. Em 2017, as importações brasileiras originadas do Iêmen corresponderam a US\$ 22 mil. Dentre as exportações brasileiras para aquele país destacam-se produtos primários, sobretudo o açúcar, que responde por 75% da pauta, com frango e tabaco representando outros 24%.

Em relação ao conflito em curso no Iêmen, o **Brasil** reconhece, com respaldo da resolução 2216 (2015), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o presidente Hadi como chefe de Estado

legítimo do Iêmen. Em 22/2/2017, o governo brasileiro emitiu nota repudiando as violações do direito internacional decorrentes do conflito e conclamando as partes a cessarem as hostilidades com vistas à retomada das negociações de paz no Iêmen. Em 4/4/2018, o governo brasileiro emitiu uma nova nota condenando as violações de direito internacional decorrentes do conflito e expressando sua confiança no trabalho do novo enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas para o Iêmen, Martin Griffiths.

POLÍTICA INTERNA

A atual República do Iêmen resulta de fusão, em 1990, das antigas República Árabe do Iêmen (RAI) e República Popular Democrática do Iêmen, processo de unificação que pôs termo à guerra entre os dois países que se arrastou, na prática, por onze anos.

O novo Iêmen unificado seria, nos termos da constituição de 1991, um Estado democrático unitário, com capital em Sanaa. Com a nova formação republicana, surge regime democrático representativo de modelo francês, multipartidário, porém fortemente centrado na figura do presidente da República. Ali Abdullah Saleh, presidente da RAI, tornou-se o primeiro presidente da República do Iêmen.

Além dos partidos únicos que governavam em Sanaa e Aden – o Congresso Geral do Povo, partido de Saleh, e o Partido Socialista do Iêmen, foram criados novos partidos. Dentre esses, destaca-se o Al Islah, que possui fortes ligações com a Irmandade Muçulmana e defende agenda associada ao islã político. Apesar de, inicialmente, contar com o apoio da Arábia Saudita, o partido foi declarado organização terrorista pelo governo saudita, no contexto da deterioração das relações do Reino com a Irmandade Muçulmana.

O acúmulo de poderes na figura de Saleh e o aumento da centralização estatal acirraram as tensões entre grupos políticos herdeiros dos governos do norte e do Sul, culminando em guerra civil, em que representantes do sul buscavam secessão. Além do movimento sulista, destaca-se, como fonte de resistência ao poder de Saleh, o movimento zaidista, ramo do xiismo, predominantemente do norte do país. Saleh seria, entretanto, confirmado na liderança do país em 1999, tornando-se o primeiro presidente eleito da república do Iêmen. Em 2006, com o boicote da oposição às eleições, Saleh seria reeleito com 96% dos votos.

Entre os principais atores políticos no Iêmen, destacam-se, também, os houthis, cuja origem e principal base de apoio situa-se no norte do país. Trata-se de grupo filiado ao zaidismo, e cujo denominação deriva do sobrenome da família que se tornou liderança da oposição zaidista a Saleh, durante a década de 1990.

No contexto da “primavera árabe”, o Iêmen passou, em 2011, por onda de protestos populares contra o governo, com destaque para a participação dos houthis. Após ferir-se em atentado em junho de 2011, Saleh segue para tratamento em hospital saudita, anuindo, em novembro do mesmo ano, plano de transição apresentado pelo Conselho de Cooperação do Golfo. Abdo Raboo Mansour Hadi, vice-presidente de Saleh, assume a presidência do país e torna-se encarregado de liderar transição política, que incluiria o estabelecimento de uma nova constituição e a realização de eleições em 2014.

Insatisfeitos com os rumos dessa transição, forças rebeldes houthis tomaram os principais prédios públicos de Sanaa em 2014. Após a partida de Hadi para Riade, em março de 2015, os rebeldes ocuparam as principais cidades do norte do país.

Ainda em março de 2015, autoridades sauditas anunciaram o início da operação “Decisive Storm”, uma coalizão de países liderada pela Arábia Saudita e integrada, também, por Emirados Árabes Unidos, Egito, Bahrein, Jordânia, Marrocos e, até junho de 2017, Catar). Essa coalizão realizaria operações militares no Iêmen, a pedido de seu governo, com vistas à recondução de Hadi ao exercício da presidência.

A despeito das expectativas da coalizão de campanha relativamente rápida, o conflito se arrasta desde março de 2015. Estima-se que mais de 10 mil pessoas tenham morrido em três anos de hostilidade e que 22,2 milhões de iemenitas (75% da população) necessitem de assistência humanitária no que, hoje, é considerada a maior crise humanitária do mundo.

A Resolução 2216 (2015), aprovada em 14 de abril, reconheceu a legitimidade do governo Hadi no Iêmen e conclamou as partes a cessarem hostilidades. Instituiu, também, embargo de armas às forças dos houthis e de seus aliados, a ser monitorado por comitê de sanções estabelecido pela resolução.

Em 4/12/17, o ex-presidente iemenita Ali Abdullah Saleh, que havia feito aliança com os houthis, foi morto por eles após ter anunciado seu rompimento com os rebeldes.

Em 30/1/18, forças separatistas do sul do Iêmen (Conselho de Transição do Sul - STC) tomaram parte da cidade de Aden,

bastião do governo Hadi. Dada a hostilidade dos separatistas para com os houthis, a Arábia Saudita e seus aliados têm procurado evitar maiores enfrentamentos com o STC, que teria relação de cooperação e proximidade com os Emirados Árabes Unidos.

Forças alinhadas com a coalizão têm avançado, ao longo de 2018, em ofensiva contra posições rebeldes na costa ocidental do Iêmen, mas não têm tido êxito em penetrar a região montanhosa ao norte do país, que abriga a capital, Sanaa. Em resposta, forças houthis têm aumentado o número de incursões contra províncias fronteiriças da Arábia Saudita.

Forças da coalizão encontram-se, atualmente, nos arredores de Hodeida, quarta maior cidade do país e principal porto controlado pelos rebeldes. O interrompimento do funcionamento do porto traria graves consequências humanitárias. O enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas, Martin Griffiths, encontra-se desde 2/6/18 em Sanaa, para negociar, entre outros temas, possível entrega do controle do porto pelos rebeldes para as Nações Unidas. No dia 1 de julho, a coalizão anunciou que interromperia o avanço sobre a cidade, com vistas a facilitar o esforço do EESG.

Em 14/6/18, o presidente Hadi retornou a Aden, capital provisória de seu governo, após mais de um ano de ausência. No mesmo dia, ele declarou que o tempo de negociação teria passado e que "apenas uma solução militar poderá recuperar a cidade de Hodeida e resgatar sua população de um desastre humanitário".

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, a política externa iemenita concentra-se, majoritariamente, no relacionamento com a Arábia Saudita – o país tem fronteira apenas com Arábia Saudita e Omã – e com os Estados Unidos. Com o início dos protestos no contexto da “primavera árabe” e com a eclosão do atual conflito no país, a política exterior do país torna-se mais complexa, registrando acusações de interferência em assuntos internos de outras potências regionais, como o Irã.

Em outubro de 2000, o destróier USS Cole foi alvo de atentado enquanto atracava no porto de Aden. Desde então, a relação entre os EUA e o Iêmen foca-se no combate ao terrorismo, especialmente a Al-Qaeda na Península Arábica. Apesar de tensões iniciais com o governo Saleh, em razão de alegada resistência do governo iemenita em cooperar com iniciativas americanas, as relações entre os países melhoram com a

“guerra ao terror”, declarada pelo presidente George W. Bush após o atentado de 11 de setembro de 2001. O maior apoio financeiro americano, na forma de ajuda econômica, foi encarado como contrapartida a maior envolvimento americano nos assuntos securitários do Iêmen.

Os EUA apoiam, desde o início, a intervenção liderada pela Arábia Saudita e incluíram o fim do apoio aos Houthi entre as condições para a revisão de sua decisão de se retirar do “Joint Comprehensive Plan of Action” (JCPOA), o acordo nuclear iraniano.

A **Arábia Saudita**, também, em razão da proximidade territorial, mantém grande interesse no conflito do Iêmen. No contexto da primavera árabe, Riade liderou iniciativa, no âmbito do CCG, para a transição política no Iêmen, levando à ascensão de Abdo Rabbu Mansour al Hadi.

A atuação militar saudita, à frente da coalizão, no Iêmen intensificou-se em novembro de 2017, quando forças houthis passaram a atirar mísseis balísticos contra o território da Arábia Saudita, incluindo a capital Riade. Nesse contexto, membros da coalizão vêm acusando o Irã de apoio financeiro e militar aos houthis, incluindo a transferência de armas em violação ao embargo instituído pela resolução 2216 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O governo iraniano, por sua vez, nega as acusações de fornecimento de armas para os rebeldes houthis. O **Irã** afirma que a intervenção da coalizão liderada pela Arábia Saudita seria ilegal. Atribui, também, a coalizão a culpa pela grave crise humanitária por que passa o país.

Depois da Arábia Saudita, os **Emirados Árabes Unidos** são o componente mais ativo da coalizão, realizando frequentes operações aéreas e terrestres.

Outros países do entorno, como Kuwait e Omã, adotam postura mais discreta em relação ao conflito, empreendendo esforços de mediação. Apesar de participar formalmente da coalizão, enviando contingente de 15 aeronaves para a ofensiva inicial, o **Kuwait** tem reiterado posição de que a solução para o conflito seria de natureza política, e não militar. Entre abril e agosto de 2016, o país sediou rodada de negociações entre os rebeldes Houthis e o governo Hadi, mediada pelo então enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas (EESG), Ismail Ould Cheikh Ahmed. As negociações fracassaram, com as partes acusando-se mutuamente de intransigência e violações das promessas de cessação de hostilidades.

País fronteiro ao Iêmen, **Omã** pauta sua atuação pelo princípio da não interferência. A neutralidade omani permitiria que o país facilitasse contatos entre os grupos em disputa, tendo atuado para a liberação de reféns capturados em território iemenita.

O **regime de sanções** relativo ao Iêmen foi renovado pelo CSNU em 1/3/18 por meio da resolução 2402 (2018).

Após três anos de esforços de mediação liderados por Ismail Ould Cheikh, Martin Griffiths assumiu, em março de 2018, a posição de enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas para o Iêmen. A partir de junho de 2018, o EESG empenha-se em solução negociada para a cessão do porto de Hodeida pelos houthis, buscando evitar o prolongamento da ofensiva contra o porto.

ECONOMIA

País de renda baixa, o Iêmen distingue-se de seu entorno regional, em que predominam regimes monárquicos detentores de grandes reservas de hidrocarbonetos. Mesmo antes da eclosão do atual conflito, a situação econômica da única república do Golfo era inquietante, com problemas relacionados à baixa integração do território nacional, a limitada capacidade administrativa, altos índices de inflação e desemprego.

A agricultura e a exploração do petróleo são, tradicionalmente, os principais setores econômicos do Iêmen, responsáveis por sustentar, respectivamente, os setores interno e externo da economia do país. Apesar das reservas de petróleo relativamente pequenas em relação à região, as exportações de óleos brutos de petróleo correspondiam, em 2014, a, aproximadamente, 70% do total de produtos exportados pelo país. Mesmo antes do início do atual conflito, a produção iemenita de petróleo estava em diminuição, correspondendo a 125 mil bpd em 2014, consideravelmente abaixo do número de 439 bpd obtido no início da década de 2000.

A eclosão e o prolongamento do conflito causaram, entretanto, severos danos à infraestrutura de extração e de transporte de petróleo no país, de forma que o setor de petróleo perdeu proeminência sobre a economia do país. Em 2017, as exportações do produto representaram, 16% do total de mercadorias exportadas pelo Iêmen, enquanto, em 2014, essa participação correspondia a 70%.

Em face da desestruturação de outros setores econômicos com o prolongamento do conflito, a agricultura de subsistência torna-se, novamente, a principal atividade econômica do Iêmen. Essa

tendência é evidenciada pelo aumento da participação do setor agrícola na proporção de ocupação da população economicamente ativa (44% em 2017 ante 29% em 2014) e do produto interno bruto do país (16% em 2017 ante 8% em 2014).

Estima-se que 2017 tenha sido o terceiro ano de crescimento econômico negativo no país, com retração do PIB de 28,1% em 2015, 9,% em 2016 e 2% em 2017. As altas taxas de inflação – da ordem de 20% em 2016 – contribuem para deteriorar a qualidade de vida, mesmo anteriormente precária, no país.

Trata-se, de acordo com o secretário-geral das Nações Unidas, da maior crise humanitária em curso no mundo. Mais de 22 milhões de pessoas (75% da população) necessitam de assistência humanitária, estando a metade deles em situação de necessidade extrema. A ausência de cuidados básicos de saúde e a falta de acesso à água potável para a maior parte da população agravam a situação no país. O Iêmen vivencia surtos de desnutrição, cólera e difteria, sendo esta doença que havia sido erradicada no país em 1992. Apenas na primeira semana de julho deste ano, mais de três mil casos suspeitos de cólera foram registrados – o maior número desde o início do ano, e que tende a aumentar com a chegada do verão.

As quedas das receitas, aliadas aos crescentes custos com o conflito, agravam a situação fiscal do Estado, tradicionalmente deficitária. O déficit nominal público, que, antes da atual crise, correspondia à 4,1% do PIB, alcançou 17% em 2016. Conjugada à grande retração econômica vivenciada pelo país, constrói-se quadro de insustentabilidade da dívida iemenita, que se estima em 139% do PIB ao fim de 2017. Nesse contexto, autoridades do país passaram a realizar apelos públicos por doações estrangeiras. Em janeiro de 2018, o governo saudita informou ter doado US\$ 2 bilhões para o Banco Central do Iêmen, após apelo público do primeiro-ministro para sustentar a moeda local, pagar os salários de servidores e impedir o alastramento da fome generalizada.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1839	A Grã-Bretanha ocupa o porto de Aden.
1918	Com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, cessa o controle dos turcos sobre o restante do território iemenita. Surge o Reino Mutawakelita do Iêmen.
1937	Aden adquire o status de Colônia da Coroa Britânica.
1945	O Reino do Iêmen (que ocupa apenas parte do atual Iêmen) ingressa na Liga dos Estados Árabes.
1947	O Reino do Iêmen é admitido como membro da ONU.
1962	O último rei do Iêmen é derrubado e é proclamada a República Árabe do Iêmen, no território conhecido como Iêmen do Norte, fortemente influenciada pelo Egito de Gamal Abdel Nasser.
1967	Sublevação marxisto-nacionalista força os britânicos a abandonarem o Estado de Aden. Surge a República Popular Democrática do Iêmen, consolidada em 1969.
1972	Guerra entre o Iêmen do Norte, contando com o apoio da Arábia Saudita anticomunista, e o Iêmen do Sul, em outubro. Liga Árabe intermediou o fim do conflito, com a assinatura do Acordo do Cairo, que previa plano para a unificação do Iêmen.
1974	Golpe põe militares no lugar dos nacionalistas à frente do Iêmen do Norte.
1978	Ali Abdullah Saleh assume o poder no Iêmen do Norte.
1979	Irrompe nova guerra entre o Iêmen do Norte e o Iêmen do Sul, em março.
1982	Descoberta de petróleo no território iemenita.
1986	Guerra civil no Iêmen do Sul.
1988	Começam as negociações para a unificação dos dois Iêmens.
1990	Unificação da República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) e da República Popular Democrática do Iêmen (Iêmen do Sul): surge, em 22 de maio, a atual República do Iêmen, sob o comando do presidente Ali Abdullah Saleh. O Iêmen se alinha diplomaticamente com o Iraque, durante a Primeira Guerra do Golfo (1990-91); em represália, outros países árabes aliados do Kuaita expulsam cidadãos iemenitas de seu território. Estimativas estipulam que um total de 1 milhão de cidadãos iemenitas são forçados a deixar a Arábia Saudita e a voltar ao Iêmen.
1994	Forças militares do antigo Iêmen do Norte tentam reverter a unificação do país. Nova guerra civil, que termina com a manutenção da unidade nacional.
1999	Saleh se torna primeiro presidente eleito da República do Iêmen.
2000	Atentado perpetrado pela al Qaeda contra o vaso-de-guerra norte-americano "Cole", no porto de Aden.
2004	Hussein Al Houthi é morto por tropas governamentais.

2006	Saleh vence novas eleições presidenciais.
2009	Formação da Al Qaeda na Península Arábica (AQPA)
2011	Os eventos da Primavera Árabe chegam ao Iêmen. O presidente Ali Abdullah Saleh é vítima de atentado terrorista e se afasta da presidência por razões de convalescência. O Vice-Presidente Abd Hadi assume o poder transitoriamente. Os países do Conselho de Cooperação do Golfo propõem plano de transição política ao Governo Saleh.
2012	Saleh aceita o plano de transição do CCG e deixa a Chefia de Estado após 32 anos no poder. O Vice-Presidente Abd Rabbu Mansour Hadi é eleito presidente como candidato único com 99% dos votos, para mandato-tampão de 2 anos.
2013	O Conselho de Segurança da ONU adverte o ex-Presidente Saleh de que sofrerá sanções se continuar a boicotar o processo de transição política no Iêmen (fevereiro). Durante a IX Conferência Ministerial de Bali, o Iêmen é admitido como membro da Organização Mundial do Comércio (04 de dezembro).
2014	Termina a Conferência do Diálogo Nacional (21 de janeiro). Apesar do desacordo sulista, o Comitê do Diálogo Nacional aprova a estrutura de seis unidades federativas (14 de fevereiro). O Presidente Mansour al-Hadi anuncia mudança no Gabinete Ministerial (13 de junho).
2015	Início da insurgência houthi, culminando na tomada da residência presidencial (20 de janeiro). Em seguida, o presidente Hadi renuncia, acompanhado por seu gabinete de ministros (22 de janeiro). Inicia-se a operação <i>Decisive Storm</i> , intervenção realizada por coalizão liderada pela Arábia Saudita no conflito do Iêmen (26 de março) Aprovada a resolução 2216 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que reconhece a legitimidade do governo Hadi e demanda a cessação de hostilidades pelas partes envolvidas.
2016	Rodada de negociações, medida pelo enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas, Ismail Ould Cheikh Ahmed. (Abril a Agosto)
2018	Martin Griffiths é designado novo enviado especial do secretário geral das Nações Unidas para o Iêmen (março) Forças da coalizão iniciam ofensiva contra a cidade portuária de Hodeida (13 de junho). Em face dos esforços do EESG Martin Griffiths, as forças da coalizão anunciaram a suspensão das operações em Hodeida (1 de julho).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

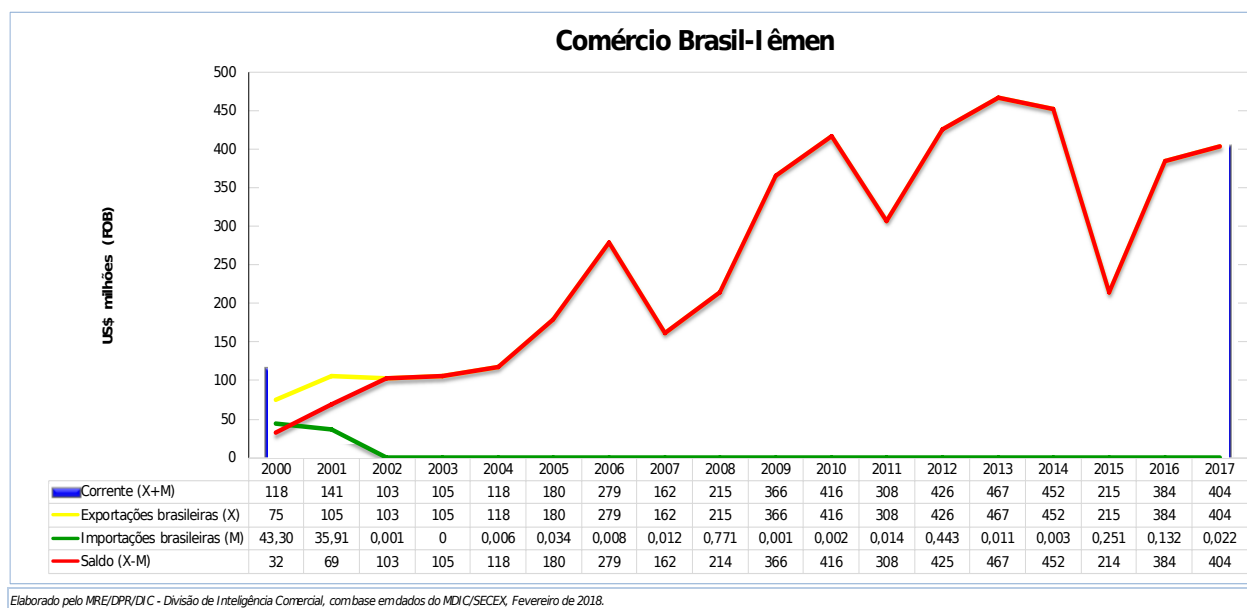
1880	A corveta-encouraçada "Vital de Oliveira", então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, à época colônia britânica, em escala da primeira viagem de circunavegação da Marinha brasileira (14-19 de abril).
1890	O cruzador "Almirante Barroso", então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, à época colônia britânica, em escala de viagem de circunavegação (5-8 de março).
1984	Em Nova York, à margem de encontro na ONU, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Árabe do Iêmen e com a República Popular Democrática do Iêmen (7 de maio).
1984	Criada a embaixada do Brasil na República Árabe do Iêmen, cumulativa com embaixada em Jedá (4 de julho). Criada a embaixada do Brasil na República Democrática Popular do Iêmen, cumulativa com a embaixada no Kuwait.
1990	Fusão das duas Repúblicas na República do Iêmen (22 de maio). A embaixada do Brasil em Riade passa a acumular as funções de representação do Brasil na nova República do Iêmen.
2004	Início das negociações para a assinatura do acordo básico de cooperação técnica entre Brasil e Iêmen (novembro).
2005	Governo iemenita manifesta sua intenção de abrir missão diplomática em Brasília (abril).
2006	O então ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdul Rahman Al-Eryani, participou da Conferência sobre Diversidade Biológica em Curitiba (março).
2012	O embaixador Fernando Abreu, na qualidade de diretor designado da ABC, participa, em Riade, da III Reunião Ministerial do agrupamento "Amigos do Iêmen", em representação do ministro das Relações Exteriores (23 de maio). O ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdou Razaz Saleh, chefia a delegação de seu país à Conferência Rio+20 (20-24 de junho), no Rio de Janeiro. O Brasil participa do encontro ministerial do grupo "Amigos do Iêmen", em Nova York (27 de setembro). A ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, a iemenita Tawakkol Karman, é recebida em audiência pela presidente Dilma Rousseff, em Brasília (7/11).

2013	O Brasil participa de novo encontro ministerial do mecanismo "Amigos do Iêmen", em Londres (março). O Diretor Geral de Transportes Aéreos do Iêmen, Mazen A. Ghanem, visita o Rio de Janeiro, acompanhado de delegação, para assinar acordo de serviços aéreos entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua contraparte iemenita (julho). Delegação iemenita participa, em Brasília, do Seminário Internacional de Políticas Públicas Sociais para o Desenvolvimento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) (novembro).
2014	O Brasil participa de novo encontro ministerial do mecanismo "Amigos do Iêmen", em Londres (abril).
2015	Por ocasião da aprovação da Resolução 2216 (2015) do Conselho de Segurança, o ministério das Relações Exteriores do Brasil emitiu nota conclamando as partes a renunciarem à violência e a retomarem o processo político mediado pelas Nações Unidas. (17 de abril)
2016	O embaixador Flávio Marega apresentou cartas credenciais ao presidente do Iêmen, Abdo Raboo Mansour Hadi, em Riade. (5 de outubro) O ministério das Relações Exteriores do Brasil emitiu nota manifestando satisfação com o anúncio, pelo então enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas para o Iêmen, Ismail Ould Cheikh Ahmed, de que seria iniciada rodada de negociações de paz no Kuwait. (5 de abril)
2017	O ministério das Relações Exteriores do Brasil emitiu nota manifestando profunda preocupação com o agravamento das hostilidades decorrentes do conflito armado no Iêmen e reiterando a necessidade pleno respeito aos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas e ao direito internacional humanitário (22 de Dezembro)
2018	Por ocasião dos três anos do conflito armado no Iêmen, o ministério das Relações Exteriores do Brasil emitiu nota expressando confiança no trabalho do novo enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas, Martin Griffiths, e reafirmando a necessidade de respeito aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e ao direito internacional humanitário. (4 de abril)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Técnica	6/8/2014	Em tramitação no Congresso Nacional	

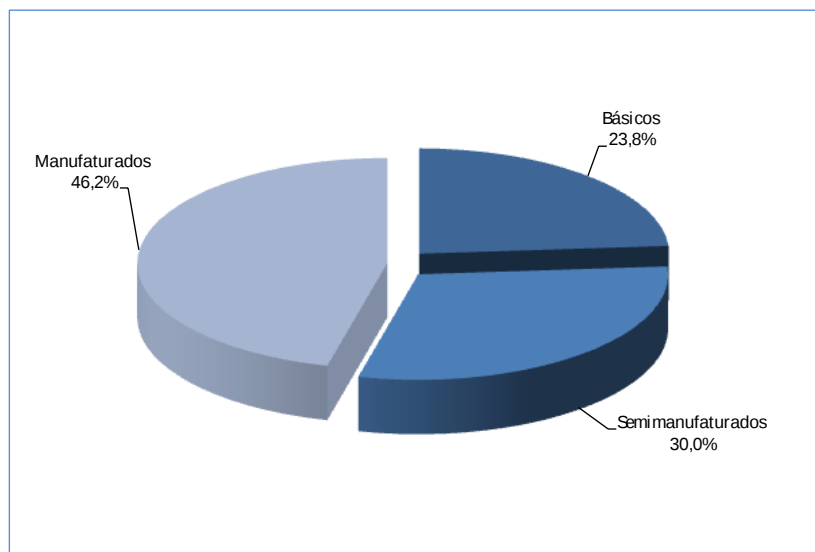
INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS



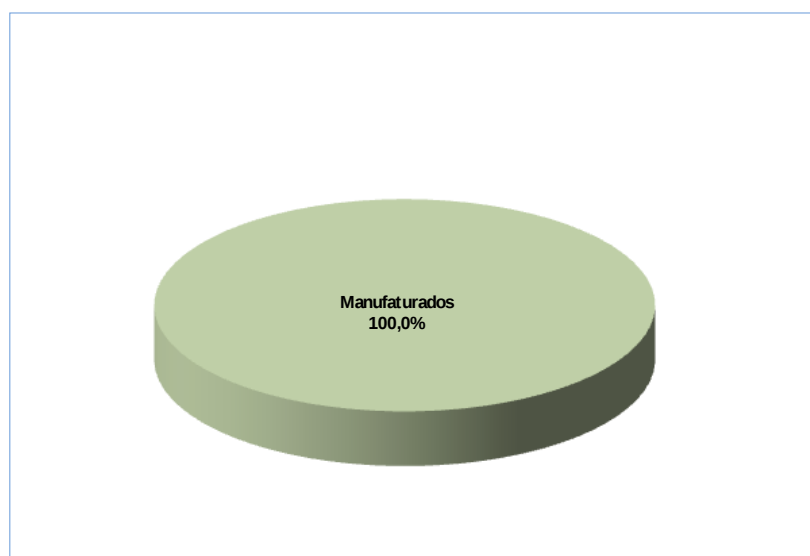
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (janeiro)	31	0,008	31	31
2018 (janeiro)	20	0,001	20	20

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



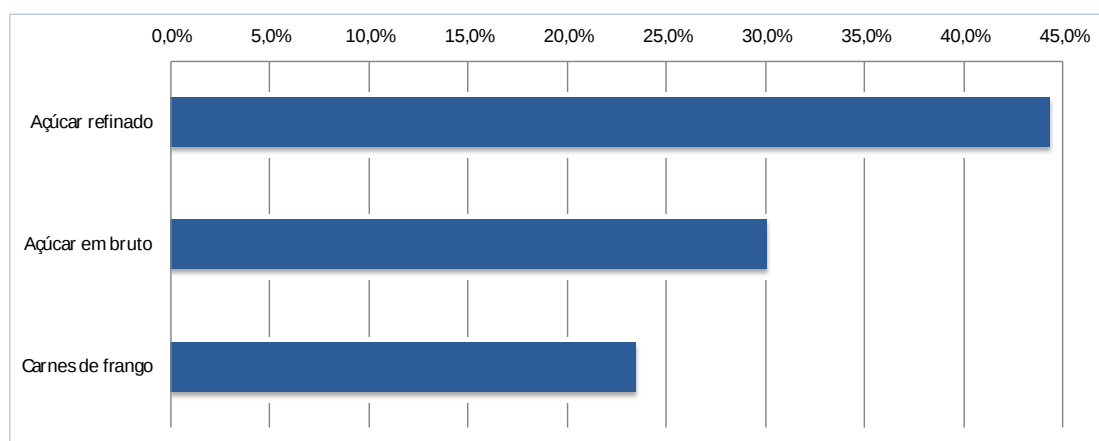
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Iêmen (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar refinado	65	30,2%	208	54,0%	179	44,3%
Açúcar em bruto	81	38,0%	65	16,9%	121	30,0%
Carnes de frango	58	27,2%	89	23,1%	95	23,4%
Subtotal	205	95,4%	361	94,0%	395	97,8%
Outros	10	4,6%	23	6,0%	9	2,2%
Total	215	100,0%	384	100,0%	404	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

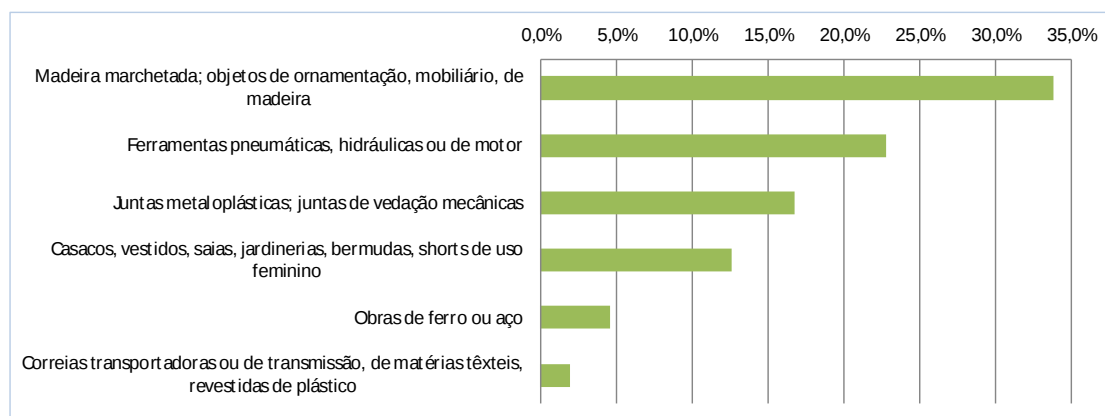


Composição das importações brasileiras originárias do Iêmen (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Madeira marchetada; objetos de ornamentação, mobiliário, de madeira	11,9	4,8%	0	0,0%	7,6	33,8%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	0,8	0,3%	3,0	2,3%	5,1	22,8%
Juntas metaloplásticas; juntas de vedação mecânicas	3,7	1,5%	1,2	0,9%	3,8	16,8%
Casacos, vestidos, saias, jardinerias, bermudas, shorts de uso feminino	5,8	2,3%	2,4	1,8%	2,8	12,6%
Obras de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	1,0	4,6%
Correias transportadoras ou de transmissão, de matérias têxteis, revestidas de plástico	0	0,0%	0	0,0%	0,4	1,9%
Objetos de vidro para serviço de mesa, cozinha	0,0	0,0%	3,6	2,7%	0	0,0%
Desperdícios de alumínio	38,6	15,4%	118,3	89,6%	0	0,0%
Desperdícios de cobre	186,7	74,4%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	247,5	98,6%	128,5	97,3%	20,7	92,5%
Outros	3,5	1,4%	3,5	2,7%	1,7	7,5%
Total	251,0	100,0%	132,0	100,0%	22,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Açúcar em bruto	13,6	43,6%	10,6	54,2%	
Carnes de frango	7,8	25,0%	6,1	31,1%	
Açúcar refinado	9,4	30,3%	2,7	13,8%	
Subtotal	30,8	98,9%	19,3	99,1%	
Outros	0,4	1,1%	0,2	0,9%	
Total	31,1	100,0%	19,5	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações (em US\$ mil)					
Juntas metaloplásticas; juntas de vedação mecânicas	0,35	4,7%	0,33	65,4%	
Partes de motores	0,00	0,0%	0,09	17,3%	
Parafusos e artefactos semelhantes de ferro ou aço	0,00	0,0%	0,08	15,3%	
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	4,35	57,8%	0,01	2,0%	
Casacos, vestidos, saias, jardinerias, bermudas, shorts de uso feminino	2,81	37,4%	0	0,0%	
Subtotal	7,51	99,9%	0,51	100,0%	
Outros produtos	0,01	0,1%	0,00	0,0%	
Total	7,52	100,0%	0,51	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Comércio Iêmen x Mundo



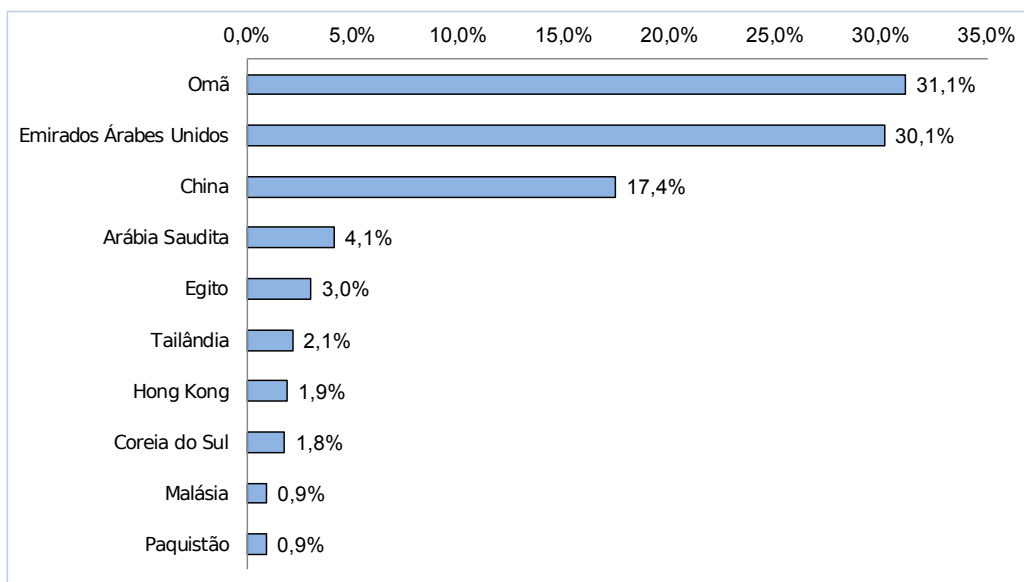
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2018.
Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações do Iêmen
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Omã	297	31,1%
Emirados Árabes Unidos	287	30,1%
China	166	17,4%
Arábia Saudita	39	4,1%
Egito	29	3,0%
Tailândia	20	2,1%
Hong Kong	18	1,9%
Coreia do Sul	17	1,8%
Malásia	9	0,9%
Paquistão	8	0,9%
...		
Brasil (40º lugar)	0	0,0%
Subtotal	890	93,3%
Outros países	63	6,7%
Total	953	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

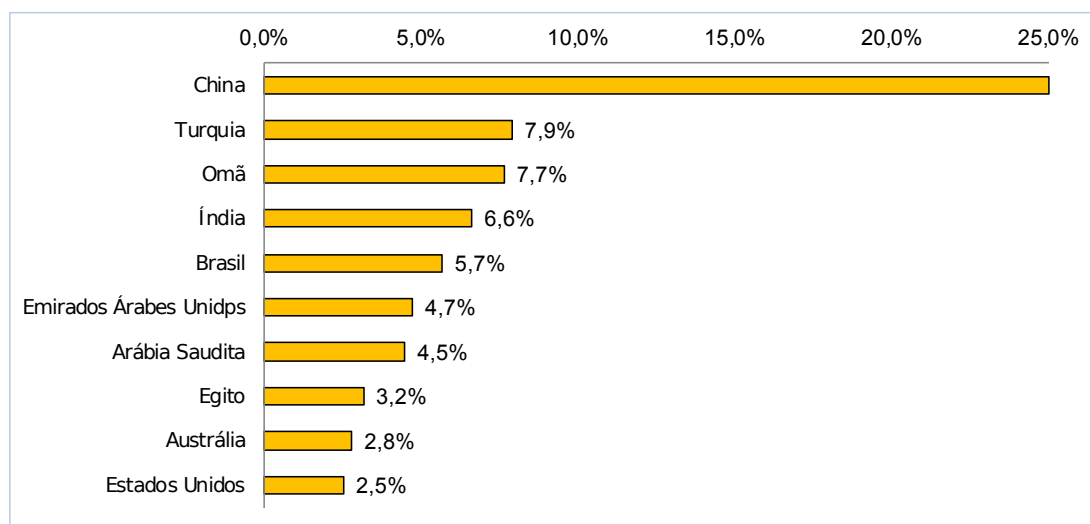


Principais origens das importações do Iêmen
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	1.692	25,0%
Turquia	536	7,9%
Omã	518	7,7%
Índia	448	6,6%
Brasil	384	5,7%
Emirados Árabes Unidps	320	4,7%
Arábia Saudita	304	4,5%
Egito	215	3,2%
Austrália	189	2,8%
Estados Unidos	171	2,5%
Subtotal	4.777	70,6%
Outros países	1.991	29,4%
Total	6.768	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

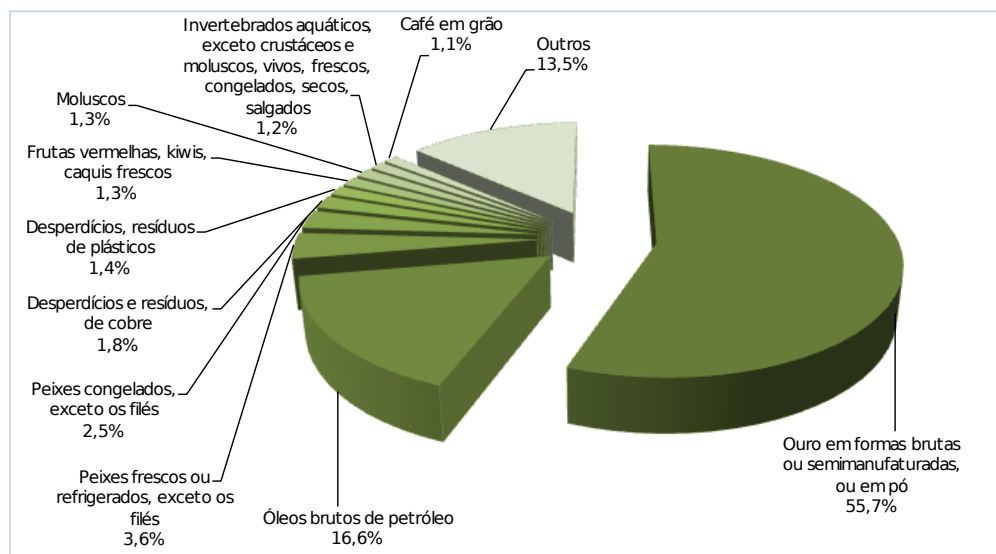


Composição das exportações do Iêmen (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	531	55,7%
Óleos brutos de petróleo	158	16,6%
Peixes frescos ou refrigerados, exceto os filés	34	3,6%
Peixes congelados, exceto os filés	24	2,5%
Desperdícios e resíduos, de cobre	17	1,8%
Desperdícios, resíduos de plásticos	13	1,4%
Frutas vermelhas, kiwis, caquis frescos	13	1,3%
Moluscos	12	1,3%
Invertebrados aquáticos, exceto crustáceos e moluscos, vivos, frescos, congelados, secos, salgados	11	1,2%
Café em grão	10	1,1%
Subtotal	824	86,5%
Outros	129	13,5%
Total	953	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

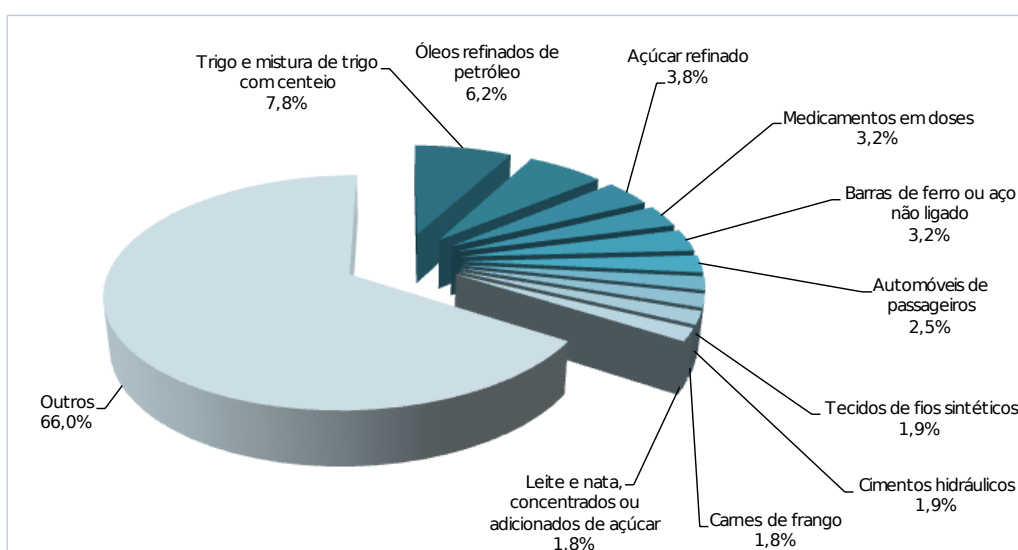


Composição das importações do Iêmen (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Trigo e mistura de trigo com centeio	530	7,8%
Óleos refinados de petróleo	417	6,2%
Açúcar refinado	257	3,8%
Medicamentos em doses	214	3,2%
Barras de ferro ou aço não ligado	214	3,2%
Automóveis de passageiros	167	2,5%
Tecidos de fios sintéticos	129	1,9%
Cimentos hidráulicos	126	1,9%
Carnes de frango	124	1,8%
Leite e nata, concentrados ou adicionados de açúcar	122	1,8%
Subtotal	2.299	34,0%
Outros	4.469	66,0%
Total	6.768	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Iêmen

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-9,78%	-2,01%	8,54%	13,46%	7,38%
PIB nominal (US\$ bilhões)	27,32	25,67	25,59	28,65	30,12
PIB nominal "per capita" (US\$)	938	856	830	905	928
PIB PPP (US\$ bilhões)	69,17	68,95	76,30	88,42	96,94
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.374	2.300	2.475	2.794	2.985
População (milhões habitantes)	29,13	29,98	30,82	31,65	32,47
Inflação (%) ⁽²⁾	22,00%	23,04%	24,04%	15,04%	12,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,61%	-2,26%	-2,36%	-2,10%	-3,10%
Dívida externa (US\$ bilhões)	7,07	7,07	7,08	7,05	7,00
Câmbio (YR / US\$) ⁽²⁾	250,0	461,0	505,0	566,0	707,3

Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	24,1%
Indústria	14,3%
Serviços	61,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

